



Câmara Municipal
de Oeiras

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2020

ATA N°. 16/2020

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR CARLOS MORGADO

6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO

7 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA

13 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES

14 - PROPOSTA N°. 382/20 - DOM - Pº. 2019/78-DGEP - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE DECISÃO DE APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES - 3^a, 4^a. E 5^a. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO, REFERENTE AO “REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA RUA OEIRAS DO PIAUÍ COM A AV. DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO E AV. DO ULTRAMAR, OEIRAS”

15 - PROPOSTA N°. 397/20 - SIMAS - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2019 DOS SIMAS

16 - PROPOSTA N°. 398/20 - SIMAS - 1^a. REVISÃO ORÇAMENTAL 2020 - MODIFICAÇÕES NO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, PPI E APLICAÇÃO DE PARTE DO

SALDO DE GERÊNCIA

- 17 - PROPOSTA Nº. 399/20 - SIMAS - APLICAÇÃO DE RESULTADOS TRANSITADOS/ TRANSFERÊNCIA PARA A C.M.O. E C.M.A.**
- 18 - PROPOSTA Nº. 405/20 - GCAJ - REVOGAÇÃO DO CONTRATO-PROMESSA DE PERMUTA Nº. 264/2013 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E “DIMENSÕES CERTAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA” - AQUISIÇÃO DO PRÉDIO RÚSTICO COM A ÁREA DE 3.840 M2, DESCRITO NA 1ª. CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº. 1060, DA FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS E INSCRITO SOB O ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO 477, SECÇÃO 41-47, DA MESMA FREGUESIA**
- 19 - PROPOSTA Nº. 421/20DAQV - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS AO TITULAR DAS BANCAS Nº.S 1, 2, 3 E 4, DO MERCADO DE PAÇO DE ARCOS, PELO PERÍODO DE 2 MESES**
- 20 - PROPOSTA Nº. 422/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO ACORDO DE EXECUÇÃO Nº. 373/18, JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020**
- 21 - PROPOSTA Nº. 423/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 374/18, JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020**
- 22 - PROPOSTA Nº. 424/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 98/15, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020**
- 23 - PROPOSTA Nº. 425/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO ACORDO DE EXECUÇÃO Nº. 97/15, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE**



Câmara Municipal
de Oeiras

**OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE
DE 2020**

- 24 - PROPOSTA Nº. 426/20 - DVM - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA LOCAÇÃO DE DOIS AUTOCARROS COM CONDUTOR PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM CIRCUITOS URBANOS - PROJETO COMBUS - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**
- 25 - PROPOSTA Nº. 427/20 - PCM - APOIO À FORMAÇÃO CONTINUA - PÓS-GRADUAÇÃO EM “GESTÃO DA SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL”**
- 26 - PROPOSTA Nº. 428/20 - DP - CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DESIGNADO “PAVILHÃO DO JARDIM”, NO JARDIM MUNICIPAL, EM PAÇO DE ARCOS - DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR**
- 27 - PROPOSTA Nº. 429/20 - DPE - CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA “39/DPE/19 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL” - APROVAÇÃO DE LISTA DE ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA - RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**
- 28 - PROPOSTA Nº. 430/20 - DRU - EMPREITADA 20/DPE/17 - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE DE CARNAXIDE - 2ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
- 29 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2020 -----

----- ATA NÚMERO DEZASSEIS/DOIS MIL E VINTE -----

----- Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, reuniu em videoconferência, através da Plataforma Ciscowebex, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e quarenta e oito minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia. -----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

----- Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de um de junho de dois mil e vinte a cinco de junho de dois mil e vinte, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte, constatando-se um saldo orçamental positivo de cento e oito milhões seiscentos e vinte e três mil setecentos e dez euros. -----

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil

e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia um de junho, os quais são:-----

- “- Informações: -----
 - Tomou conhecimento do Balancete do Movimento de Tesouraria;-----
 - Pronúncia do Senhor Diretor do Departamento de Gestão Organizacional - Relatório de Auditoria aos SI no âmbito do processo de inquérito - Abandono do sistema “Easyvista” e aquisição do BMC, e das medidas “Footprints” - (Adiada do Conselho de Administração de dezanove de maio de dois mil e vinte) - O Conselho de Administração tomou conhecimento das pronúncias tomadas, relativas às conclusões da auditoria, tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração determinado remeter cópias às Câmaras Municipais, considerando estar em andamento nos serviços, as medidas correspondentes às recomendações dos auditores; -----
 - Inauguração do novo edifício dos SIMAS, em Leceia - (Adiada do Conselho de Administração de dezanove de maio de dois mil e vinte) - O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou que a inauguração do edifício de Leceia se realize na primeira quinzena de julho; -----
 - Constituição do Grupo de Trabalho - Gestão de Conteúdos do Edifício ÁguaVida - O Conselho de Administração tomou conhecimento e aprovou, por unanimidade, a Constituição do Grupo de Trabalho e todos os conteúdos, tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração, determinado juntar ao grupo de trabalho, o Senhor arquiteto Rui Leitão e o Senhor doutor Luís Vargas, dirigentes da Câmara Municipal da Amadora; -----
 - Ligações indevidas à Ribeira de Barcarena - Aglomerado populacional entre a Rua da Fábrica da Pólvora e a Rua da Cooperativa da Fábrica da Pólvora (E-mail do Gabinete da Senhora Vereadora, doutora Joana Baptista) - O Conselho de Administração tomou



Câmara Municipal
de Oeiras

conhecimento e determinou, por unanimidade, dar andamento à obra sob a responsabilidade do SIMAS de Oeiras e Amadora; -----

----- Transferência da responsabilidade dos acidentes em serviço para entidade seguradora

- O Conselho de Administração tomou conhecimento da informação e determinou, por unanimidade, que este seguro deverá ser considerado no concurso público dos diferentes seguros do SIMAS; -----

----- Parecer emitido pela “Eduardo Paz Ferreira e Associados”, sobre a legalidade da Resolução do Tribunal de Contas número um/dois mil e vinte - Informação da Chefe da Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico relativa ao mesmo - O Conselho de Administração tomou conhecimento da informação da DAAJ tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração exarado o seguinte despacho; -----

----- “Naturalmente e como é óbvio o Tribunal de Contas pretende uma atuação de acordo com as suas orientações e, por isso, não está em causa entrar em conflito com o mesmo. -----

----- Foi solicitado parecer para ser justamente confirmada a bondade das orientações emanadas pelo venerando Tribunal. Cumpra-se de acordo com as suas indicações, apesar da dúvida.” -----

----- E-mail do CCD - Férias jovens dois mil e vinte - Pedido de apoio para T-shirt e bonés; -----

----- O Conselho de Administração tomou conhecimento do e-mail enviado pelo CCD com o pedido de apoio e autorizou, por unanimidade, satisfazer o pedido. -----

----- Propostas de deliberação: -----

----- (Adiada do Conselho de Administração de dezanove de maio de dois mil e vinte) - Entrega ao Município de Oeiras dos Edifícios dos Serviços Técnicos e Oficinas dos SIMAS, sitos em Porto Salvo, no Casal do Deserto (anexo ofício enviado à CMA) - Adiada - Na presente data foram entregues as chaves dos edifícios de Porto Salvo, por conveniência da CMO,

posteriormente, serão realizados os trâmites processuais e formais da entrega do edifício à CMO;

----- Abertura de procedimento por consulta prévia a seis entidades para a prestação de serviços no âmbito de acidentes em trabalho e doenças profissionais, pelo preço base de sessenta mil euros, isentos de IVA, sendo que quarenta e cinco mil euros, correspondem ao Lote A - Prestação de serviços Oeiras e quinze mil euros, correspondem ao Lote B - Prestação de serviços Amadora, pelo prazo seis meses, a realizar no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para a prestação de serviços destinados à higiene e limpeza das instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, pelo preço base de oitocentos e setenta e cinco mil oitocentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com a execução a ocorrer no prazo de doze meses, prevendo-se a possibilidade de renovação por períodos não superiores a doze meses, até ao limite de três anos, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a celebração de acordo quadro para execução da empreitada de “Instalação ou substituição de Redes de Abastecimento de Água e de Ramais de Ligação no Concelho da Amadora - Ano dois mil e vinte e um”, pelo preço base de trezentos e trinta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo máximo de trezentos e sessenta e cinco dias, prevendo-se que a mesma decorra no ano de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a “Empreitada de Remodelação das Redes de Abastecimento de Água na ZMC Barcarena - Queijas Poente”, pelo preço base de trezentos e quatro mil seiscentos e oitenta e sete euros e noventa e oito céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo máximo de duzentos e setenta dias, prevendo-se que a mesma decorra nos anos dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, com prestação de caução -



Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a “Empreitada de alteração do subsistema de abastecimento de água para redução da pressão da zona da Quinta Grande, em Alfragide, Concelho da Amadora, pelo preço base de quatrocentos e dez mil e seiscentos euros, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, a executar no prazo máximo de duzentos e quarenta dias, prevendo-se que a mesma decorra no ano de dois mil e vinte e um, com prestação de caução

- Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinada ao desassoreamento da saída de Ribeira da Junça, Cruz Quebrada/Dafundo, em Oeiras, designadamente para a execução de trinta e cinco deslocações, pelo preço base de cento e vinte e nove mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de cento e oitenta dias, prevendo-se que decorra entre julho de dois mil e vinte e dezembro de dois mil e vinte e um, ou, até esgotamento da verba - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a “Empreitada destinada à remodelação das redes de abastecimento de água na ZMC Barcarena - Queijas Nascente”, pelo preço base de duzentos e trinta e três mil quinhentos e quarenta euros e noventa e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por consulta prévia a seis entidades, para a prestação de serviços de manutenção dos equipamentos AVAC dos Edifícios Sede e Laboratório de Análises dos SIMAS, pelo prazo de três anos, com o preço base de vinte e dois mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a realizar em dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para a “Empreitada destinada à “Remodelação de redes de abastecimento de água na Rua Carlos Luz, em Paço de Arcos e na Rua da Figueirinha,

junto ao cemitério, no Concelho de Oeiras” - Adjudicação à empresa JPMAENG, Limitada, pelo valor de setenta e quatro mil setecentos e vinte e três euros e sessenta céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de sessenta dias, a ocorrer no decurso do ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por consulta prévia a cinco entidades com vista à aquisição de um projeto de sinalética interior e exterior para o Novo Edifício de Leceia - Adjudicação à entidade “Thinkinetics Innovation Agency, Limitada”, pelo valor de vinte e três mil oitocentos e cinquenta e sete euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de trinta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais, para a prestação de serviços de segurança e vigilância para as instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Adjudicação à empresa “Dois Mil e Quarenta e Cinco-Gália/Serviços de Vigilância e Segurança, ACE”, pelo valor de cento e quarenta e nove mil cento e setenta euros e oitenta e nove céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução um mês, passível de ser renovado por cinco iguais períodos, a ocorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por consulta prévia a cinco entidades, destinado à elaboração de projetos de remodelação das redes de abastecimento de água e redes de águas residuais e pluviais, no recinto da antiga Estação Agronómica Nacional, Concelho de Oeiras - Adjudicação à entidade “Engidro - Estudos de Engenharia, Limitada”, pelo preço adjudicado de vinte e três mil novecentos e cinquenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de cento e oitenta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Aprovação dos procedimentos de segurança da informação - Adiada;-----

-----Alienação gratuita de viaturas à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----



----- Alienação de bens em Hasta Pública - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.”--

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

----- Número duzentos e quarenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de recomendação - “Pela gratuitidade das linhas de atendimento e apoio social municipais”, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PS, na qual deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo cinco do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido-Pessoas-Animais-Natureza e com catorze abstenções do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que diligencie para que, com a brevidade possível, as linhas telefónicas de resposta social sejam gratuitas para os municíipes que a elas recorram. -----

----- Número duzentos e quarenta e nove, dando conhecimento que na reunião de vinte e seis de maio de dois mil e vinte, apreciou a proposta de deliberação número cento e vinte e cinco, de dois mil e vinte - GAEP - Plano de Atividades e Orçamento dois mil e vinte da Tratolixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. - Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. -----

----- Número duzentos e cinquenta, dando conhecimento que na reunião de vinte e seis de maio de dois mil e vinte, apreciou a proposta de deliberação número cento e sessenta, de dois mil e vinte - GAEP - Relatório e Contas de dois mil e dezanove, com parecer do Fiscal Único da Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. -----

----- Número duzentos e cinquenta e um, dando conhecimento que na reunião de vinte e

seis de maio de dois mil e vinte, apreciou a proposta de deliberação número cento e setenta e um, de dois mil e vinte - GAEP - Relatório e Contas de dois mil e dezanove, da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal. -----

----- Número duzentos e cinquenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número trezentos e trinta e um, de dois mil e vinte - DPERU/DPE - Aquário Vasco da Gama - Início do procedimento de classificação de Imóvel de Interesse Público, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o início do procedimento de classificação do Aquário Vasco da Gama, como bem cultural de interesse público, junto da Direcção-Geral do Património Cultural da Secretaria de Estado da Cultura. -----

----- Número duzentos e cinquenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número trezentos e trinta e sete, de dois mil e vinte - DMEDSC- Candidatura de Oeiras a Capital Europeia da Cultura no quadro de uma estratégia para o desenvolvimento do Concelho de Oeiras, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a candidatura de Oeiras a Capital Europeia da Cultura no quadro de uma estratégia para o desenvolvimento do Concelho de Oeiras.-----

----- Número duzentos e cinquenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número trezentos e quarenta e oito, de dois mil e vinte - DMEDSC/DDS/DCS -



Acertos relativo ao processo de comparticipação financeira às Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesias para funcionamento dos estabelecimentos de infância - Primeiro trimestre de dois mil e vinte, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no valor de dois mil novecentos e noventa e oito euros e sessenta e três cêntimos e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no valor de sete mil duzentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos, totalizando o valor de dez mil duzentos e oitenta e quatro euros e vinte e um cêntimos, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte.

----- A reposição, por parte da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, do valor de mil duzentos e oitenta euros e cinquenta e oito cêntimos e da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, do valor de seiscentos e trinta e cinco euros e vinte e dois cêntimos, uma vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte.-----

----- Número duzentos e cinquenta e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número trezentos e cinquenta e três, de dois mil e vinte - GAEP - Atribuição de comparticipação financeira à exploração dos equipamentos desportivos sob gestão da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal - Celebração de contrato-programa dois mil e vinte, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras

Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a celebração de contrato-programa com a Oeiras Viva e a atribuição de um subsídio à exploração dos equipamentos desportivos sob sua gestão, no valor de duzentos e trinta e sete mil e quinhentos euros.-----

-----Número duzentos e cinquenta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre voto de pesar pelo falecimento de João Figueiredo, apresentado pelo Grupo Político Municipal do PS, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de João Carlos Bastos Pinto de Figueiredo endereçando aos seus familiares, amigos e ao Partido Socialista, as suas condolências. -----

5 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR CARLOS MORGADO:-----

-----O Senhor Vereador **Carlos Morgado** prestou à Câmara as seguintes informações: -

-----“Começo por cumprimentar o Senhor Presidente e os restantes colegas do Executivo, assim como as restantes pessoas que estão a assistir a esta reunião - dirigentes e colaboradores do Município - esperando e desejando que estejam todos de boa saúde.-----

-----Gostaria de deixar aqui duas notas.-----

-----Em primeiro lugar, para informar da realização de uma reunião do nosso grupo político com a Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras, a qual teve lugar ontem, pelas catorze horas e trinta minutos, na Fundição de Oeiras. Esta reunião, que se realizou a pedido da referida Comissão e que contou com a presença do seu Secretariado Executivo, a Vereadora Marlene Rodrigues, o deputado municipal António Moita e eu, serviu,



essencialmente, para apresentação de cumprimentos da recém-eleita Comissão e para dar a conhecer as suas preocupações e o seu programa para este mandato.

----- Em segundo lugar, gostaria de me referir aos homenageados no dia Sete de Junho. Nos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove foram homenageadas quatro pessoas individuais ou coletivas indicadas pelo nosso grupo político.

----- Por isso, e uma vez que não houve nenhuma indicação prévia da redução do número de homenageados, entregamos uma proposta com o mesmo número dos anos anteriores, ou seja, quatro.

----- Entretanto, tivemos a informação do Núcleo de Protocolo que dos quatro nomes propostos só tinham sido aceites três, pelo que uma teria que ficar para dois mil e vinte e um.

----- É claro que também poderíamos ter perguntado qual o número de pessoas a propor, mas partimos do princípio que tudo se mantinha como nos anos anteriores, pelo que achamos que deveria haver da parte do Senhor Presidente uma informação prévia dando nota da redução do número de homenageados.

----- Ora esta situação leva a que nós ao abordarmos as pessoas para virem a ser objeto de homenagem no dia Sete de Junho, criem falsas expectativas, pelo que venho sugerir ao Senhor Presidente que, futuramente, para evitar este tipo de situações defina logo à priori qual o número de homenageados a indicar por grupo político.

----- De qualquer forma, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente por que razão, este ano, só foram aceites três nomes do nosso grupo político.” -----

6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:

----- O Senhor Vereador Pedro Patacho prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Inicia-se hoje a primeira de duas sessões de trabalho que estamos a desenvolver com os clubes e coletividades desportivas do nosso Concelho.

----- A primeira teve lugar hoje de manhã e correu bastante bem.

-----A segunda será ainda durante esta semana.-----

-----O objetivo basicamente é na sequência das orientações emanadas pelo Governo e das recomendações da Direção-Geral de Saúde relativamente à retoma das atividades desportivas, portanto, uma palavra de confiança e de apoio aos clubes e às coletividades do nosso Concelho, na certeza que a Câmara Municipal está ao seu lado no apoio técnico e material para o início das suas atividades, ainda com enormes constrangimentos e dificuldades.-----

-----A pedido do Senhor Presidente foi enviada aos Senhores Vereadores uma informação relativa à avaliação externa do primeiro ano do projeto de inovação pedagógica na sala de aula “Mochila Leve”, além da informação foi distribuído aos membros do Executivo o relatório elaborado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.-----

-----Gostava de reconhecer o trabalho do Departamento de Educação, na pessoa da sua Diretora, Maria Paula Rodrigues e do Chefe de Divisão, Luís António e muito particularmente de um técnico mais silencioso, mas que sempre esteve na linha da frente do trabalho com as escolas e com os professores, atento à coordenação para que nada falhasse, que é o doutor Emanuel Pereira, do Departamento de Educação.-----

-----Elogiar também a extraordinária e muito boa cooperação interdepartamental com o Departamento de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação e reconhecer também o trabalho do doutor Barreira Martins e toda a sua equipa e a estender estes agradecimentos de boa cooperação também ao Senhor Vice-Presidente que tem este pelouro.-----

-----Só com uma boa cooperação foi possível levar este projeto, que tem uma componente tecnológica relevante a bom porto.-----

-----Depois dizer que este foi um projeto que se baseia no facto de este Executivo acreditar nos professores e acreditar que no exercício da sua autonomia profissional e do seu saber pedagógico, os professores têm a capacidade de empreender a inovação educativa nas escolas e não têm só a capacidade, têm também a responsabilidade de o fazer.-----



----- A recuperação do prestígio e da autoridade dos professores não virá certamente por decreto, nem virá pelo reforço dos quadros disciplinares dos alunos, virá garantidamente pela capacidade destes profissionais que a têm, trabalhando colaborativamente e desenvolvendo o seu conhecimento profissional, conseguirem operar uma mudança da forma da escola, uma transformação dos ambientes escolares, assente na inovação pedagógica e é aos professores que cabe a liderança desses projetos. -----

----- O “Projeto Mochila Leve” foi o convite a fazer, esse trajeto de inovação pedagógica assente no seio profissional dos professores e no reconhecimento da sua autoridade pedagógica e com a garantia de que a Câmara estaria disponível para providenciar apoio através de formação, apoio com material didático, recursos educativos diversificados, apoio com recursos tecnológicos e conteúdos digitais. -----

----- No ano letivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove envolveram-se quarenta professores voluntariamente neste projeto de inovação pedagógica, no primeiro ciclo do ensino básico, trinta turmas, setecentos e dezasseis alunos. -----

----- Na altura quando a primeira proposta de deliberação relativamente a este projeto foi presente ao Executivo Municipal foi garantido que o desenvolvimento do mesmo seria acompanhado de entidades externas independentes, que fariam, anualmente, a avaliação do projeto. -----

----- Neste primeiro ano a avaliação foi feita pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa foi esse relatório que foi distribuído e esta informação é basicamente, uma síntese e eu dessa síntese destacaria os seguintes pontos:-----

----- Em primeiro lugar o facto do relatório destacar a forma como os professores reconheceram os objetivos e a validade do projeto e se apropriaram dele, como o colocaram em prática, como uma forma de partilharem e desenvolverem as suas práticas educativas. -----

----- Uma primeira constatação importante é que o projeto foi reconhecido e valorizado

pela comunidade dos professores e percebido como oportunidade de mudança das suas práticas e partilha das suas práticas e de desenvolvimento profissional de si próprios enquanto professores.

-----Cabe também destacar que o “Projeto Mochila Leve”, ao contrário, por vezes daquilo que terá passado do ponto de vista da comunicação, sempre foi e continua a ser muito mais do que a mera utilização de recursos tecnológicos e de conteúdos digitais na sala de aula, diria mesmo que isso é um aspeto minoritário do projeto, é muito mais do que isso. -----

-----Não obstante o relatório também salienta que o uso das tecnologias digitais terá ficado aquém, embora fosse o aspeto minoritário do projeto, que é muito mais do que isso, ainda assim, o uso das tecnologias ficou ligeiramente aquém daquilo que foi previsto e ter ficado aquém é atribuído a duas fragilidades, que o relatório identifica, por um lado, atrasos que se verificaram no fornecimento dos recursos às escolas e, por outro lado, uma necessidade que os professores identificam de formação do ponto de vista da sua atualização de utilização de aplicações informáticas e de tecnologias de suporte ao ensino. -----

-----Um aspeto também salientado pelo relatório e mencionado pelos professores é precisamente na continuidade do projeto a necessidade de garantir mais apoio com formação, sobretudo, nesta área que estava a referir das tecnologias, mas também no desenvolvimento da disciplina de Matemática, mais desligada dos manuais escolares e mais conectada com projetos concretos ligados ao quotidiano e à vida de todos os dias, porque essa foi também uma transformação relevante na vida destes professores, o deixarem de utilizar o manual escolar como recurso dominante e como sequência didática dominante das suas práticas, mas passarem a trabalhar mais centrados numa metodologia de projeto, como mobilização de mais recursos de forma mais atente à curiosidade natural das crianças e à sua vontade e gosto por aprender, promovendo aprendizagens mais significativas e mais relevantes para a vida das crianças enquanto estudantes.-----

-----Um aspeto muito saliente deste relatório, é a forma como contribuiu para educar



alunos mais autónomos, mais independentes, nos processos de aprendizagem. -----

----- Deve ser dito e é justo que se diga que o relatório não estabelece uma correlação entre o desenvolvimento do projeto e a melhoria das notas dos alunos, isso não é demonstrado no projeto, mas é demonstrado o impacto do projeto no desenvolvimento de um outro conjunto de competências que é reconhecido que sem este projeto não teriam sido desenvolvidas essas capacidades e essas competências, como por exemplo, estava a referir a autonomia dos alunos, a sua capacidade de comunicação, disposição do seu pensamento independente e crítico, a sua independência nos processos de aprendizagem, o que é um ganho muito significativo no contexto e uma metodologia de trabalho mais assente no trabalho de projeto. -----

----- Eu diria que de uma forma geral o Corpo Docente que aderiu voluntariamente a este projeto deu conta aos investigadores de um percurso de entusiasmo, dedicação e de comprometimento, quer com a sua prática profissional, quer com a sua ação no contexto deste projeto, em que os recursos para o mesmo são garantidos pela Câmara Municipal. -----

----- Isso fez com que, para em dois mil e dezanove/dois mil e vinte, o número de envolvidos tenha aumentado, passando para cento e vinte e duas turmas dois mil setecentos e setenta e quatro alunos duzentos e oitenta e nove professores, vinte e cinco estabelecimentos de ensino. -----

----- O desafio enorme que representa neste ano de dois mil e dezanove/dois mil e vinte, no que diz respeito à logística, à organização e ao acompanhamento, mantendo-se este compromisso de avaliação externa e independente do desenvolvimento do projeto, este ano não a cargo do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa que fez este relatório, mas a cargo da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, que tem também o Departamento de Educação no seu seio e é esta unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa a fazer o relatório de acompanhamento e avaliação de projeto que será no final deste ano letivo, que será apresentado e do mesmo será dado conhecimento como foi deste aos Senhores

Vereadores. -----

-----Este ano de dois mil e dezanove/dois mil e vinte, este projeto representa, porque aumentou o universo de investimento, no que diz respeito aos recursos tecnológicos disponibilizados aos professores, um aumento de investimento, no que diz respeito à aquisição de materiais didáticos e recursos educativos disponibilizados às escolas e aos professores, um aumento também nas ações de formação de acordo com aquilo que os professores disseram nesta avaliação de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove passando a haver dez ações de formação de acompanhamento destes professores e fez-se também o acordo com a Porto Editora para disponibilizar a plataforma eletrónica escola virtual a todos estes professores integrados no projeto para passarem a ter uma maior diversidade de conteúdos educativos digitais e pluridisciplinares que possam trabalhar com os seus alunos e potenciar assim o uso de elementos tecnológicos que estão a ser disponibilizados aos alunos. -----

-----De forma muito sintética queria partilhar esta informação com os Senhores Vereadores, porque houve, de facto, inicialmente, este compromisso de não fazermos coisas por fazer, mas fazermos coisas, porque temos a convicção de que são necessárias e que a comunidade as quer e as reclama e que precisa delas e fazemos essas coisas, não de forma meramente opinativa, mas de forma fundamentada e acompanhada, de forma rigorosa e credível por entidades externas independentes, que avaliem aquilo que nós estamos a fazer para melhor podermos seguir e corrigir o rumo no serviço que prestamos à comunidade, que prestamos às escolas, que prestamos aos professores e em última análise que prestamos às famílias e à qualidade irrepreensível de educação que queremos prestar a todas através da nossa rede pública de educação e ensino.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE:-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Continua a trabalhar o Grupo de Trabalho de Crise, e solicitei ao doutor Luís



Afonso e à minha adjunta doutora Filipa Ferreira, que atualizassem o relatório até ao dia um de maio, para ser enviado aos Senhores Vereadores e à Assembleia Municipal.

----- Reuniu ontem pela primeira vez o Grupo de Trabalho das “Smart Cities” e temos consciência do atraso que o Município de Oeiras teve nos últimos anos e das etapas que temos que avançar.

----- Nessa reunião esteve presente o engenheiro Nabais, que o Município de Oeiras contratou para fazer o relatório sobre a estratégia de “Smart Cities” para Oeiras.

----- O engenheiro Nabais é uma pessoa sobejamente conhecida na matéria das tecnologias de relação e comunicação, ligado à Universidade de Aveiro, que se comprometeu no prazo máximo de um mês a entregar o relatório preliminar pronto para depois fixarmos os prazos e a estratégia para a implementação de uma série de dimensões da área da introdução das tecnologias da relação e comunicação na governação da cidade e no final do mês devemos ter novidades para transmitir ao Executivo Municipal.”

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Sobre os casos positivos de COVID-Dezanove em Oeiras, como é sabido, na Área Metropolitana de Lisboa, tem aumentado bastante os números, que fez com que as medidas de confinamento, em Lisboa, não acompanhassem o resto do País, mas tal não se verifica em Oeiras, temos tido um aumento gradual, temos mais quarenta casos esta semana.

----- Relativamente aos testes que começámos a fazer, ontem e hoje serão testados a Polícia Municipal, num total de cento e vinte e seis pessoas, depois entre quinta e segunda feira serão duzentos e oitenta e dois funcionários das escolas e depois passaremos para a PSP, Bombeiros, e os profissionais da linha da frente ficarão, nesta leva, testados.”

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“Tivemos desde a última reunião uma funcionária das escolas infetada e foi determinado pela Autoridade de Saúde que a colega que teria estado em contacto com ela que ficasse também em isolamento profilático, em vigilância.-----

-----Em matéria de recursos humanos iremos atestar os Assistentes Operacionais das Escolas, e já testamos todos os funcionários afetos aos jardins-de-infância da rede pública, sem nenhuma situação a assinalar.-----

-----Temos a situação estável, quer no número de funcionários do Município, quer nas Forças de Segurança, Bombeiros, Juntas de Freguesia, SEF. -----

-----Também se distribuiu máscaras à população, foram constituídos “Kit” de cinco máscaras, que estão a ser entregues em trinta e dois pontos, ou seja, todas as Esquadras de Polícia, Quartéis de Bombeiros, Juntas de Freguesia, Postos de Atendimento da Câmara, algumas IPSS, com serviços abertos à população.-----

-----A ação tem decorrido de forma tranquila e regular. -----

-----Não tem havido nenhuma situação de rutura de “stock”, ainda temos “stock” razoável para distribuir e prevemos que esta distribuição se mantenha uma vez que está a correr bem e tem sido muito útil à população. -----

-----Foi divulgado que esta medida se destinava em especial à população mais carenciada, mas a verdade é que qualquer pessoa que se dirija aos pontos de distribuição é-lhe entregue um “Kit” e não tem havido uma corrida às máscaras e a população tem sido muito civilizada e têm sabido respeitar os destinatários desta medida.” -----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO: -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo prestou à Câmara as seguintes informações: -

-----“Em relação à proposta trezentos e noventa e três, dos SIMAS, o arquiteto Romano Castro ficou de me fazer chegar a inclusão das páginas quinze, dezasseis e dezassete, do programa de concurso que tinham sido retiradas, mas até agora nada me chegou, nem obtive



Câmara Municipal
de Oeiras

qualquer informação.

----- Assim como o resultado da auditoria interna aos SIMAS, no âmbito do ERP, também em relação a essa matéria não tenho nenhuma informação.

----- Em relação ao estado de agravamento que houve na AML do COVID-Dezanove, gostaria de saber se há alguns dados diferentes ao dia de hoje, pois nos dados que saíram constava trezentos e sessenta e seis novos casos, dos quais trezentos e trinta e cinco eram da região de Lisboa, mas em relação a Lisboa Norte continua Sintra com mais quarenta e cinco, ou seja mais de mil e quatrocentos, Lisboa mais trinta e seis, ou seja dois mil quatrocentos e trinta e seis, Amadora mais vinte e cinco, ou seja novecentos e quinze, Loures, mais vinte e cinco, ou seja mil cento e catorze, Odivelas mais vinte e um, ou seja seiscentos e dois, Cascais mais catorze, ou seja quinhentos e noventa e três, Oeiras mais dez, ou seja quatrocentos e cinquenta e seis, e Mafra mais dois, ou seja cento e noventa e três.

----- No cômputo geral da Área Metropolitana de Lisboa Norte nota-se um aumento que continua em curso.

----- Não estou a dizer que tem a ver com as medidas tomadas, porque algumas eram necessárias para pôr o País a funcionar, estou a dizer que se trata de um conjunto de jovens que não respeitam, como foi o caso da bomba de gasolina em Cascais e, por isso mesmo, implicou uma tomada de medida por parte do Presidente da Câmara, de proibição de bebidas alcoólicas a partir das vinte horas.

----- Estas tomadas de medidas deviam ser concertadas com outros Municípios, assim como em relação a alguns estabelecimentos, nalgumas zonas, de alguns Concelhos, onde existam bares, é preciso ter cuidado com a mistura dos mais jovens com os mais idosos.

----- Também existe grande número de mulheres que trabalham nas limpezas dos hospitais, centros de saúde e lares, que estavam infetadas, sem disso terem conhecimento, mas foram-se fazendo testes para apurar.

-----Na AML Norte tirando Mafra, Oeiras é a melhor, mas ninguém ficará satisfeito com o número registado, quatrocentos e cinquenta e seis, que deixa todos preocupados e é necessário tomar medidas. -----

-----A verdade é que nestes Concelhos o policiamento desapareceu de repente, ou seja, não se vê Polícia, mas vê-se muita gente, muitos jovens juntos, como não se vê Polícia isso permite que as pessoas deixem de tomar um conjunto de medidas para evitar que continue a haver essa agravante na AML. -----

-----Estou certo que a Câmara de Oeiras está atenta e irá tomar as medidas necessárias para evitar focos de falta de respeito de uns pelos outros, que cria esses focos de contaminação.--

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA: -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“Já coloquei anteriormente a questão, mas não foi respondida. -----

-----Falo no uso massivo das máscaras e não tanto das luvas, que as pessoas usam menos, usam mais a máscara como proteção coletiva e individual, e verifica-se que as pessoas atiram as máscaras descartáveis para o chão, de modo que gostaria de saber se se nota em Oeiras, na recolha de resíduos, de uma forma significativa essa falta de respeito e se a resposta for sim, a CDU gostaria de sugerir, tendo em conta a distribuição dos “KIT” que está a ser feita à população, se juntamente com esses “Kit” poderia ir uma informação de sensibilização à população para o uso e destino final que devem dar a essas máscaras, porque estar a acrescentar a este problema pandémico um problema ambiental, que pode ser evitado se as pessoas tiverem os cuidados devidos. -----

-----A Câmara Municipal também poderá pensar noutra forma de sensibilização, para resolver esse problema. -----

-----Foi-nos denunciada uma situação por um munícipe, de colocação massiva de



autocolantes nos sinais de trânsito, em Oeiras, quer nos verticais, quer nos semáforos, que deformou de tal modo um sinal de “Stop”, que ia dando origem a um acidente rodoviário, por isso gostava de saber que conhecimento a Câmara tem desta questão e se na manutenção dessa sinalética de trânsito pode resolver a questão. -----

----- Gostaria de ser informada quando entregam para análise os documentos do Relatório e Contas de dois mil e dezanove, pois preciso de tempo para fazer essa análise.” -----

12 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

----- **O Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “No passado dia vinte e nove, visitei o edifício do Intermarché de Porto Salvo, cuja escritura será assinada dia quinze deste mês, por isso, gostaria de programar para o dia da próxima reunião de Câmara um almoço, iremos visitar aquelas instalações, almoçamos e depois seguiríamos para a reunião de Câmara. -----

----- É importante os Senhores Vereadores conhecerem aquela infraestrutura onde irá funcionar armazéns da Câmara, uma parte dedicada a pensar no âmbito da Capital da Cultura, onde iremos instalar trinta empresas “Startups”, porque é um complexo muito grande e com a utilização que a Câmara lhe venha a dar, poderá dar vida à zona junto ao Bairro dos Navegadores, embora a urbanização que esteve parada durante quinze anos, finalmente vai arrancar e aquele vazio e aquele isolamento a que o Bairro dos Navegadores tem estado, vai desaparecer. -----

----- Sábado visitei o Bairro do Pombal, na sequência dos distúrbios junto ao McDonald’s.

----- É um bairro tranquilo, que poderá ter meia dúzia de indivíduos que estragam o ambiente, mas o Bairro está bem. -----

----- Tinha pedido para mudarem o empedrado, mas afinal não arrancaram as pedras da calçada, de modo que não será necessário e só serão colocadas as placas na praça ao pé do fontanário, onde realizam a Festa. -----

-----Aproveitei para visitar as instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pois solicitaram umas instalações maiores, na verdade as instalações estão ótimas, muito bem cuidadas. Estava prevista uma loja ao lado para fazer a ampliação, mas aguardo indicações sobre a proveniência da maioria de crianças e jovens, se são da zona norte do Estádio Nacional, se são a sul, ou seja, se são da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo, Carnaxide, Queijas, ou se são de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos, Caxias, Barcarena, Porto Salvo, pois em função da maior proveniência assim se irá localizar as novas instalações da CPCJ.

-----É uma clientela que faz todo o sentido criar uma proximidade em termos de transporte. -----

-----Hoje tive uma audiência com o Presidente do Instituto Superior Técnico e com o Vereador Pedro Patacho, pois noto que o nosso Plano Educativo e a nossa prioridade à Educação, começa a dar frutos. -----

-----Quando falo na Educação, falo na Ciência e na Tecnologia, e este aglomerado começa a dar resultados, porque apesar de a Câmara Municipal ter tomada muitas vezes iniciativas, a verdade é que nunca como agora as relações da Câmara no desenvolvimento de projetos com as instituições científicas do Concelho, seja com o IJC, com o Instituto de Tecnologia Química e Biológica - ITQB, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - INIAV, Universidade de Motricidade Humana, Escolas, e agora com o Instituto Superior Técnico, estiveram como estão neste momento e o Presidente do Instituto Superior Técnico, teve a ideia, que a Câmara já teve há muitos anos, de ter um polo universitário e ele considera que o Instituto do Taguspark tem condições para ser o melhor Campus Universitário do País, porque tem espaço, tem terreno.-----

-----A Universidade de Stanford, está na Califórnia, não está à beira mar, vamos ver se o Taguspark poderá rivalizar com ela. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O Presidente do Instituto diz que há todas as condições para que no Taguspark haja condições de trabalho, condições ambientais e paisagísticas, que permita aos alunos e professores, ter um conforto e uma excelente estadia e lazer, que hoje não têm, mas depende do tipo de intervenção paisagística que se faça naquela zona. -----

----- Como o terreno do Instituto é muito grande, pretendem fazer um investimento nas licenciaturas ligadas às tecnologias de informação, eletrônica, telecomunicações, etc., definidos os lotes onde poderá nascer alguma construção, toda a área circundante poderá receber tratamento paisagístico, equipamento desportivo, para alunos, professores e população do Concelho. -----

----- Será dado um passo para que a relação da Câmara com as universidades sedeadas no Concelho seja muito diferente e que a Câmara possa contribuir para o prestígio dessas instituições.” -----

13 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Dando resposta às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, o **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte: -----

----- “Sobre a questão abordada pelo Senhor Vereador Carlos Morgado sobre os medalhados, neste Sete de Junho, tentámos que seja contido, por isso se irá realizar nos jardins do Palácio e como o número de condecorações não é tão significativo, não vejo inconveniente que se acrescente mais uma condecoração proposta pelo IOMAF - Independentes Oeiras Mais à Frente. -----

----- Em setembro ou outubro terá lugar uma homenagem a todas as instituições e profissões essenciais, que prestaram serviço relevante no combate ao COVID. -----

----- Não fazia sentido misturar homenagens decorrentes de uma pandemia com as condecorações do Sete de Junho, que são atribuídas, em situação normal, a pessoas, a empresas, a instituições, do Concelho, que se distinguiram, por qualquer razão, no desporto, na cultura, na

ação social, ou nas empresas. -----

----- Deverá, então, ser incluída a pessoa sugerida pelo IOMAF e que ficaria para dois mil e vinte e um, nestas condecorações, mas, não posso deixar de dizer que quando se fala com as pessoas não se deve dizer que vão ser homenageadas, deve-se dizer às pessoas que há a hipótese de serem homenageadas, pede-se o currículo para o assunto ser analisado e a Câmara Municipal decidirá e assim não se criam expectativas às pessoas, porque uma coisa é ser nomeado, outra coisa é ser escolhido.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Morgado** observou o seguinte: -----

----- “Eu sei isso perfeitamente, a questão é que indicamos quatro pessoas para serem homenageadas tanto em dois mil e dezoito, como em dois mil e dezanove, não havendo nenhuma indicação em contrário, partimos do princípio que este ano seriam na mesma quatro homenageados.”-----

----- **O Senhor Presidente** volveu: -----

----- “Podemos indicar quatro e nenhum ser aceite, mas há o bom senso que se estabelece um número e ninguém se oporá.”-----

----- Subscrevendo o que disse o Vereador Pedro Patacho gostaria de adiantar que há muito relatório que nem sequer é distribuído pelos Senhores Vereadores, porque não têm relevância para serem distribuídos, outros que são obrigatórios por lei e há outros que pela sua natureza é importante serem distribuídos pelo Executivo.-----

----- Neste caso concreto recomendo a todos que o leiam exaustivamente, porque são colocadas na expressão direta das pessoas, ou seja, no discurso direto, aquilo que são os aspectos mais importantes deste projeto, que é a posição dos professores relativamente a este projeto e a posição dos professores extrai-se facilmente da leitura do relatório, não só dos professores, como dos alunos e dos pais. -----

----- Independentemente do sucesso a médio prazo deste projeto, porque embora se faça



Câmara Municipal
de Oeiras

uma avaliação anual, só ao fim de quatro anos poderemos ter ideia do impacto deste projeto do ponto de vista do conhecimento e das notas que os alunos possam obter, independentemente dessa apreciação há três ou quatro questões que são fundamentais, porque dizem os professores, alguns mais familiarizados com as ferramentas tecnológicas, outros menos, que há mais liberdade dos alunos, maior criatividade, maior autonomia, cooperação entre alunos e isso permite uma capacidade de organização aos alunos, que revelam aspectos relativamente ao uso do manual. -----

----- Gostei de ver neste relatório a interação que é feita com os pais. Acaba por ser uma relação mais intensa com os pais, através do sistema “Mochila Leve”, do que no sistema tradicional com os manuais. -----

----- Tinha as minhas reservas em relação a este projeto, não quer dizer que já tenham sido ultrapassadas, porque não devemos fazer cobaias dos alunos, não queremos que o Governo faça e a Câmara Municipal não deve contribuir para isso, mas é importante que em experiências piloto se pode chegar a uma conclusão e depois se decide se se alarga ou não, havendo sempre a adesão voluntária dos professores, dos agrupamentos escolares, etc..-----

----- Deste relatório extrai-se que a relação com os pais melhorou substancialmente, porque de alguma forma os pais são obrigados a acompanhar mais os seus filhos. -----

----- O relatório também diz que nem todos os pais interpretam da mesma maneira, porque alguns como não vêm os manuais dos filhos não percebem como estão a aprender, porque o computador é muito abstrato e ainda são muito livrescos. -----

----- Há professores que dizem que o livro pode acabar, outros dizem que é bom que esteja ao lado, porque pode ser consultado e outros que dizem que para os pais é bom que tenham os manuais, porque embora os filhos estejam a trabalhar com o computador podem consultar os manuais. -----

----- A maior parte das vezes é difícil as pessoas assumirem as suas insuficiências e neste

relatório vem ao de cima a matemática, não é que o professor não tenha conhecimentos de matemática, falta-lhe a metodologia e a melhor pedagogia para ensinar a matemática, por isso consideram que deviam ter mais formação nessa área e na área tecnológica.

Fazem grandes elogios ao técnico da DITIC - Departamento de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação, da Câmara que acompanhou este processo, mas pretendem mais.

Este projeto é inovador, mas independentemente do seu sucesso, vai ter reflexos positivos na comunidade escolar.

Quanto às páginas quinze, dezasseis e dezassete da proposta dos SIMAS, o arquiteto Romano Castro informou-me que foram retiradas, porque estavam em duplicado.

Quanto às auditorias, mais uma vez dei instruções para serem enviadas às duas Câmaras para serem distribuídas pelos Senhores Vereadores.

Sobre o crescimento do COVID na Área Metropolitana de Lisboa, em Oeiras o crescimento nunca foi exponencial, tem vindo a crescer paulatinamente, menos que nos outros Concelhos, e os recuperados em relação aos infetados tem aumentado substancialmente, porque se há quatrocentos e tal infetados também há duzentos e tal recuperados, o que é positivo.

Em Sintra, Loures, Lisboa, o aumento é preocupante.

No caso da cidade de Lisboa, julgo que o aumento se deu quando foram detetados os casos das residências dos refugiados.

Também terá havido casos na construção civil, embora não tenha conhecimento de nenhum em Oeiras.

O caso de os bares estarem fechados e os jovens se reunirem nas bombas de gasolina, deve acontecer um pouco por todo o País.

Em Oeiras já existia uma situação antes do COVID, no Bairro da Portela, aos domingos, à noite, juntavam-se grandes grupos, na ordem das trezentas/quatrocentas pessoas,



mas que vinham de todo o lado, até de outros Concelhos, que estava ligado a um foco de tráfico de droga naquela zona, de modo que vou pedir à Polícia que passe por ali, mas não só, pelo Concelho todo para evitar ajuntamentos.

A DGS informou que terá havido um aumento de infetados na faixa etária abaixo dos cinquenta anos.

A percepção que se tem que as pessoas acham que já passou, não acontece em Oeiras, porque as pessoas ainda têm medo, porque há muita gente de máscara na rua e há uma censura direta para quem não usa máscara.

Devemos fazer alguma sensibilização aos cuidados que as pessoas devem ter com as máscaras, pois atiram-nas para o chão, tal como atiram papéis, garrafas, beatas, etc..

Os mesmos que atiram a máscara para o chão, são os mesmos que atiram uma garrafa de cerveja para o chão depois de a beber.

Tal como fizemos no início da pandemia a divulgar as medidas que iam ser tomadas, também agora vamos fazer um panfleto sobre as medidas que se irão prolongar até ao final do ano, e será oportuno fazer uma sensibilização no sentido de como devem ser acondicionadas e depositadas as máscaras.

Quanto à questão dos autocolantes nos semáforos e sinalética vertical nunca ouvi falar nisso, mas vou mandar averiguar.

Quanto ao Relatório e Contas está pronto, pedi para às Dirigentes responsáveis que dessem uma leitura para ver se há gralhas, para ser distribuído o documento pelos Senhores Vereadores.”

14 - PROPOSTA Nº. 382/20 - DOM - Pº. 2019/78-DGEP - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE DECISÃO DE APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES - 3^a, 4^a. E 5^a. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO, REFERENTE AO “REORDENAMENTO DO CRUZAMENTO DA RUA OEIRAS DO PIAUÍ COM A AV. DR.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO E AV. DO ULTRAMAR, OEIRAS": -----

-----I - **A Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou o seguinte esclarecimento: -----

-----“Na sequência da última reunião e, relativamente a esta proposta de deliberação, o Senhor Vereador Joaquim Raposo colocou algumas questões, no que respeita aos trabalhos complementares que estavam a ser alvo e que foram submetidos a este Órgão.-----

-----Em termos de trabalhos complementares não previstos é uma percentagem abaixo dos dez por cento, na ordem dos sete ponto vinte e dois correspondente a estes trabalhos. -----

-----Teve que ser feita a demolição de um quiosque na Avenida do Ultramar, o que correspondeu a mil oitocentos e cinquenta euros, alteração de uns bancos que correspondeu a nove mil novecentos e dezoito euros e uma alteração no cruzamento da Avenida Francisco Sá Carneiro com a Rua António Patrício Gouveia que correspondeu a um montante de cinco mil e quatrocentos euros. -----

-----De erros e omissões no montante de onze mil quatrocentos e vinte e sete euros, todo este montante junto dá os sete ponto vinte e dois. -----

-----De trabalhos complementares imprevisíveis ao nível da realização de infraestruturas no subsolo, no montante de três ponto setenta. -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo tinha razão quando na última reunião dizia que a soma dos trabalhos complementares não previstos com os imprevisíveis quase que ascendiam aos onze por cento, contudo, retirando os trabalhos a menos que vêm por via da alteração dos bancos, chegou novamente ao montante dos dez por cento.-----

-----Resumindo, trabalhos complementares não previstos sete ponto vinte e dois mais trabalhos complementares imprevisíveis três ponto setenta, dá praticamente onze por cento, ou seja, temos um por cento acima daquilo que a lei preconiza como aceitável, o que significa que em função deste valor também temos trabalhos a menos na ordem dos zero ponto oitenta ou noventa e por via da questão dos bancos voltamos aos dez por cento.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** frisou o seguinte: -----

----- “Esperei que me chegasse o mapa discriminado e que a Senhora Vereadora prestasse alguns esclarecimentos, até que a legislação também vai mudando e como tal também é preciso fazer esclarecimentos. -----

----- As questões que aqui são colocadas dizem respeito ao Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, os números um e dois, do artigo tricentésimo septuagésimo, que é composto por trabalhos complementares e das alíneas a), b), c) e d) e tem o número quatro revogado. -----

----- O número quatro, do referido artigo refere que: ...” Quando os trabalhos complementares resultem de circunstâncias imprevisíveis ou que uma entidade adjudicante diligente não pudesse ter previsto, pode o dono da obra ordenar a sua execução, desde que, de forma cumulativa...”, também tinha algumas interrogações e nada melhor do que esclarecer com quem sabe. -----

----- Em relação aos trabalhos complementares que é o que nós classificamos de trezentos e setenta, o número dois diz o seguinte: ...” Quando os trabalhos complementares resultem de circunstâncias não previstas... pode o dono de obra ordenar a sua execução ao empreiteiro, desde que, de forma cumulativa...”, que é o caso.” -----

----- **A Senhora vereadora Joana Baptista** observou o seguinte: -----

----- “É a percentagem dos sete ponto vinte e dois que acabei de mencionar.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** alegou o seguinte: -----

----- “Não me dá essa percentagem, dá sim o primeiro trabalho que é o TC um - Quiosque - mil oitocentos e cinquenta; -----

----- TC dois - Bancos, muro e bancos, dá nove mil novecentos e dezoito ponto setenta e cinco; -----

----- TC três - Cruzamento Avenida Sá Carneiro com a Rua António Patrício Gouveia, dá

cinco mil quatrocentos e sessenta e três ponto sessenta e três; -----

-----TC quatro - Erros e comissões reclamáveis, dá mil quatrocentos e vinte e sete ponto oitenta, a soma de tudo isto dá vinte e oito mil seiscentos e sessenta ponto dezoito, não consigo chegar à percentagem dos sete ponto vinte e dois como deu à Senhora Vereadora, mas sim aos oito ponto sete noventa e cinco. -----

-----De qualquer modo, sendo numa ou noutra situação está abaixo dos dez por cento de trabalhos a mais. -----

-----Em relação aos trabalhos complementares o artigo tricentésimo septuagésimo, número quatro, refere que em circunstâncias imprevisíveis podem-se fazer estes trabalhos até quarenta por cento do valor da adjudicação, mas não podem ser cumulativos o número dois com o número quatro e os trabalhos a menos não se descontam, mas se o valor da classificação destes trabalhos neste artigo de imprevisível estão dentro daquilo que diz a lei e diz o seguinte: "...Se uma entidade adjudicante diligente não pudesse ter previsto, pode o dono da obra ordenar a sua execução desde que, de forma cumulativa, não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos para o dono da obra.-----

-----O preço desses trabalhos, incluindo os anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias imprevisíveis, não exceda quarenta por cento do preço contratual. -----

-----Os trabalhos complementares que excedam os limites previstos no presente artigo devem ser adjudicados na sequência do novo procedimento...", aqui a questão tem que ver com a classificação e com a aceitação da classificação, caso contrário, nós tínhamos encontrado aqui uma forma que quarenta por cento era certinho, nunca tínhamos problema em relação ao concurso."-----

-----A Senhora Vereadora Joana Baptista disse o seguinte: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Mas não é o caso, até porque estamos a falar de três ponto setenta em termos de trabalhos complementares imprevisíveis.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** observou o seguinte: -----

----- “Há um tempo atrás faziam-se sempre trabalhos até cinquenta por cento, era uma norma, porque muitas vezes era difícil começar uma obra e, por vezes, na rua ao lado havia outra que não se podia acabar, porque já não estava incluído. -----

----- Em princípio, estes fazem parte de uma fiscalização prévia, mas pode haver uma fiscalização a seguir e aqui tem a ver com a justificação e se tem justificação forte para sustentar os trabalhos complementares previsíveis pode ser o risco, mas entre ter sete e tal ou oito e tal está abaixo de dez, mas que existe, existe.” -----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** concluiu dizendo o seguinte: -----

----- “Lamento os Serviços não lhe terem mandado o email como eu tinha preconizado, contudo, a engenheira Ana Rita Sousa está a enviar neste momento o email para o Senhor Vereador com essa indicação e com esses quantitativos parcelares e também com a soma das percentagens.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Trabalhos a menos não são deduzidos no âmbito global dos trabalhos a mais.” -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** frisou o seguinte: -----

----- “A pergunta que eu ia fazer no início da reunião, tinha a ver com aquilo que a Senhora Vereadora Joana Baptista acabou por designar de quantitativos parcelares e que era no fundo desmembrar alguns dos custos que agora foram esclarecidos.” -----

----- Solicito que a informação que foi agora prometida enviar ao Senhor Vereador Joaquim Raposo também fosse enviada para o gabinete da CDU.” -----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

----- “Também será enviada para a Senhora Vereadora.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato por si praticado, de aprovação da execução dos trabalhos complementares, constituindo deste modo as terceira, quarta e quinta modificação objetiva do contrato da empreitada “Reordenamento do cruzamento da Rua Oeiras do Piauí com a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro e Avenida do Ultramar, Oeiras”.-----

-----O ato praticado pelo Senhor Diretor do Departamento de Obras Municipais, de aprovação da prorrogação legal do prazo de execução por mais vinte dias.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”. -----

-----Código dos Contratos Públicos, artigos tricentésimo décimo primeiro e seguintes, tricentésimo septuagésimo, número dois e tricentésimo septuagésimo quinto.-----

-----Código do Procedimento Administrativo, artigo centésimo sexagésimo quarto. -----

-----Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea d). -----

15 - PROPOSTA Nº. 397/20 - SIMAS - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2019 DOS SIMAS: -----

-----I - O **Senhor Vereador Carlos Morgado** disse o seguinte: -----

-----“Estamos perante um documento meramente técnico e, mais uma vez, quero felicitar as pessoas responsáveis pela elaboração do mesmo que se apresenta muito bem feito e bastante



percetível. -----

----- Os SIMAS são uma referência de excelência a nível nacional, não só na garantia de abastecimento de água e de prestação de serviços de saneamento básico às populações, como também na demonstração dos resultados financeiros. -----

----- A qualidade do serviço prestado continua a exibir padrões elevados, sendo de realçar a continuidade da remodelação das redes de abastecimento de água e de saneamento, respetivamente, treze vírgula cinco e nove quilómetros. -----

----- É bom dizermos que a qualidade da água para consumo humano é de excelente qualidade, e aqui, mais uma vez, não posso passar sem deixar uma merecida nota de destaque para o extraordinário trabalho que o Laboratório de Análises continua a realizar no âmbito da monitorização da qualidade da água destinada ao consumo humano, cumprindo na íntegra o Plano de Controlo e Qualidade da Água e o respetivo Decreto-Regulamentar. -----

----- No ano de dois mil e dezanove foram realizadas quarenta e seis mil cento e vinte e oito análises químicas à água, indo muito além do número que é exigido legalmente e verificando-se incumprimento em número muito residual - apenas vinte e três, o que representa zero vírgula quatro por cento dos parâmetros previstos no Plano de Controlo e Qualidade da Água. -----

----- Relativamente aos números, gostaria de destacar: ao nível da receita total a taxa de execução de setenta e seis vírgula oito por cento, mas se ao valor total deduzirmos o Saldo da Gerência Anterior no valor aproximado de doze milhões de euros, aumenta para oitenta e nove vírgula sessenta e três por cento. -----

----- Quanto à despesa total, apresenta uma taxa de execução de oitenta vírgula noventa e quatro por cento, pelo que, embora as administrações queiram sempre realizar mais, pode-se considerar que estamos perante taxas de execução muito aceitáveis, aliás, na linha do que tem acontecido nos últimos anos. -----

-----Finalmente, não posso deixar de elogiar toda a estrutura dos SIMAS de Oeiras e Amadora pelo trabalho que desenvolveu tendo em vista a continuidade da sua projeção enquanto entidade gestora de referência a nível nacional, não só quanto à qualidade do trabalho prestado, como também no tocante aos bons resultados financeiros alcançados.” -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo observou o seguinte: -----

-----“Todos temos a certeza que há coisas boas nos SIMAS, nomeadamente a competência, a qualidade, o profissionalismo, do Laboratório, mas era o que faltava que na qualidade da água não nos demonstrasse que a água estava boa para consumir. -----

-----Que Serviços seriam esses? -----

-----O Laboratório do SIMAS, sempre foi reconhecido por diversas entidades com credível e tecnicamente habilitado para efetuar as análises da qualidade da água fornecida aos consumidores, como a qualidade da águas das nossas praias, das nossas fontes, lagos, ribeiras, etc., pena é que às vezes não sejam disponibilizados os seus serviços, aos municípios dos PALOP, no que respeita à formação de pessoal, tendo em vista a instalação de laboratórios nesses municípios aproveitando o “Know how” nesta área como noutras, desde depósitos, estações elevatórias e redes de saneamento, etc.. -----

-----A parte técnica na elaboração dos documentos tem sempre uma metodologia e uma formulação técnica, que é igual à alguns anos, graças ao profissionalismo, competência e serviço de missão dos técnicos dos SIMAS. -----

-----Lembro-me que trabalham lá um conjunto de pessoas tecnicamente competentes, e não fazem mais, porque têm que fazer de acordo com o têm, mas lá por o documento ser bom, não significa que não tenha coisas mal feitas e que os SIMAS cumprim todos os objetivos. Desde já quero dizer que não cumprem todos os objetivos. -----

-----Vou começar por aquilo que acho importante. -----

-----Este é um ano atípico, devido à consolidação da migração do novo sistema da gestão



comercial, por isso haverá um conjunto de dificuldades, dificuldades essas que irão ser corrigidas e quando o sistema estiver todo a funcionar, irá certamente funcionar de uma forma diferente, com mais seriedade em relação ao que tem a ver com os números e com os dados.

Quanto à taxa de execução de despesa da água, foi mais de noventa por cento, e de saneamento foi de oitenta e nove por cento, só há um aumento em relação ao ano de dois mil e dezanove da percentagem da água não faturada, que passou de dezanove para vinte e dois por cento.

Não podem responder que é a diferença da volumetria da água que entra no Concelho e a que sai, pois já se discutia há muito tempo a passagem da água pelo território de Oeiras para Cascais, e que seria fácil de resolver, pois era colocar caudilímetros na passagem, porque há perdas que não podem ser imputadas à rede de Oeiras, têm que ser imputadas à rede de Cascais.

Mas não é isso, há muito tempo se definiu que havia um plano estratégico de substituição de contadores, plano esse que foi, aprovado, reanalizado, reprogramado, arrastou-se por muitos anos, e, finalmente, dizem no Relatório, como se tivesse sido uma grande vitória, espera-se que em dois mil e vinte consolidar a substituição de um concurso de setenta e dois mil contadores, para começar.

Sobre a falsa questão dos setenta e dois mil contadores, é que eles não vão ser colocados de uma só vez, serão dezoito mil contadores por ano, portanto serão vários anos para os colocar. Fora isso já temos um atraso em relação aos outros contadores, o que quer dizer que quando acabar este projeto, terão que começar de novo pela outra ponta dos contadores que não estavam programados.

A perda de água muitas vezes é resultante dos contadores estarem fora de prazo, por isso se resolveu fazer este investimento, o que quer dizer que falta de estratégia não há, há falta de dinâmica, por causa da forma como fazem os procedimentos é que se chegou a este ponto e só em dois mil e vinte é que vão conseguir colocar contadores, os tais dezoito mil por ano e não

noutra perspetiva que se tinha. -----

-----Estou certo quer esta questão vai melhorar, vamos ver como será efetuada essa substituição e os custos acrescidos que irá haver.-----

-----Fizeram uma experiência há uns anos em Vila Chã, de contadores inteligentes e agora fizeram uma experiência em Cacilhas de Oeiras, mas em relação à primeira experiência não se tirou nenhuma conclusão, em relação à segunda experiência, vamos ver qual é a conclusão, porque todos sabemos que o sistema de telecontagem vai ser muito mais eficiente e mais rápido, e não permite acumular a contagem, o que dificulta, muitas vezes, o pagamento. ----

-----Há uma questão que irá ter uma intervenção, pois estes contadores são pré instalados, o que significa que terão que mexer numa coisa, serão mais uns gastos e mais algum tempo, mas há questões de estratégica, do meu ponto de vista, que não são as mais corretas e tem a ver com as leituras, ou seja, as ausências de leitura são prolongadas, o que torna tudo muito difícil, porque depois, ou as pessoas não pagam, ou criam “bypass” da água de modo a não passar e assim contar no contador, porque há uma quantidade de água não faturada, fruto da água desviada. -----

-----Neste momento há uma redução da compra e venda de água, estou a falar em redução de metros, não em redução de custos, nem pagamos, nem recebemos, ou há um olhar diferente em relação á agua, e a forma da sua utilização e como tal as pessoas estão a gastar menos agua, ou a agua não está a ser faturada.-----

-----Para acrescentar à perda de água há consumos sem contrato.-----

-----São estes os fatores que contribuem para a perda de água.-----

-----Temos que atuar de imediato em relação aos casos detetados, de modo que se deve fazer logo o corte de água de modo a evitar a violação aos cortes efetuados, porque se pode fechar o “olho-de-boi”, porque fechar a água é uma forma diferente, viciar a água é uma forma diferente, porque isso pode-se fazer no próprio mostrador. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Temos capacidade interna para fazer esse trabalho, se não tivermos vamos ter que contratar fora. -----

----- É necessário que a fatura da água seja aquela que é gasta. -----

----- Em relação à questão da despesa de execução anda na ordem dos noventa e um por cento, o saldo da despesa corrente é na ordem dos quatro milhões, em relação ao ano anterior há um aumento de oito vírgula vinte por cento, nas rúbricas de pessoal e aquisição de bens e aquisição de serviços, essencialmente. -----

----- A execução do Plano e PPI, é positiva, tem a ver com a distribuição da água, no âmbito da reabilitação das infraestruturas, há um investimento, nos dois Concelhos. -----

----- Em relação ao saldo de gerência, é preciso ver o resultado do saldo de gerência e o resultado operacional, onde há um aumento de quatrocentos e oitenta e três mil euros em relação ao ano passado. -----

----- No relatório financeiro há um aumento de cento e vinte e seis mil euros em relação ao ano anterior. -----

----- O resultado corrente do valor seis milhões seiscentos e quarenta e sete mil euros, há um aumento de seiscentos e nove mil euros em relação a dois mil e dezoito. -----

----- O resultado extraordinário também registou um aumento, ou seja, tudo o que é resultados operacionais, resultados financeiros, resultados de correntes e resultados extraordinários, apresentam um aumento em relação ao anterior e isso significa que houve um resultado líquido que aumentou um vírgula dois milhões de euros. -----

----- Principais aumentos de custos, tem a ver com fornecimento de serviços externos que aumentou um milhão de euros. -----

----- No pessoal há um aumento de oitocentos e quarenta e dois mil euros. -----

----- Custos extraordinários um vírgula três milhões de euros que tem a ver com o abate, mobilizações, etc.. -----

-----Principais aumentos de proveitos: a venda da água teve um aumento de setecentos e oitenta mil euros, resultante da aplicação do tarifário de dois mil e dezanove, não sei se houve problemas da aplicação do tarifário durante alguns anos; prestação de serviços, também aqui houve problemas, como todos sabemos, houve um aumento da aplicação do tarifário em relação a dois mil e dezanove; proveitos financeiros de juros obtidos com o exercício e prestações extraordinárias de um vírgula nove milhões de euros, com redução das previsões de exercício.---

-----Os rácios dos principais indicadores são muito positivos, não há alteração significativa.

-----Sobre as notas feitas do Fiscal Único:

-----“...Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das reservas dos números um e dois, da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL...”-----

-----Como sabemos o ano de dois mil e dezanove funcionou em paralelo, ou seja, estávamos a funcionar com os dois sistemas, com o POCAL e com o outro sistema, tendo em conta que não era possível ter um só sistema a funcionar.

-----Este ano já teremos o outro sistema e o POCAL desaparecerá.

-----Continuam:

-----“...Os SIMAS adotam um sistema de faturação do fornecimento de água e das tarifas de saneamento e de resíduos urbanos cuja integração na contabilidade financeira não se encontra otimizada.

-----A trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, as contas relacionadas com a situação descrita são, no Ativo, utentes (vinte e oito milhões duzentos e quarenta e sete mil



setecentos e oitenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos), administração autárquica (quatrocentos e setenta e um mil quinhentos e oito euros e quarenta e seis cêntimos euros) e provisão para utentes de cobrança duvidosa (treze milhões noventa e oito mil duzentos e sessenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos) e, no Passivo, adiantamento de clientes, contribuintes e utentes (dois milhões setecentos e oitenta e um mil cento e quarenta e oito euros e setenta e nove cêntimos) e administração autárquica (sete milhões oitocentos e trinta e quatro mil noventa euros e cinquenta e um cêntimos). -----

----- Os procedimentos adotados não nos permitiram verificar, por devedor, no final de cada período contabilístico, o valor total e a antiguidade, os valores a entregar aos Município de Oeiras e Amadora e se a dívida é, ou não, de cobrança duvidosa...” -----

----- Não é a primeira vez que isto acontece com os acertos que é preciso fazer entre os Municípios, por isso o próprio Fiscal diz: -----

----- “...Não fomos habilitados, em tempo útil, com informação que nos permitisse concluir sobre a extensão e natureza das rubricas de fornecedores c/c - depósito de garantias (cento e noventa mil setecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e quatro euros) e fornecedores de immobilizado - depósitos de garantia (um milhão cento e trinta e seis mil trinta e cinco euros e três cêntimos)...” -----

----- Há aqui um conjunto de questões que estão ainda por resultar. -----

----- Em relação ao balanço na conta corrente dos SIMAS, no Relatório está feito, mas na proposta não está feito no mesmo sentido, houve uma medida cautelar fruto da leitura do apontamento que fizeram, apesar disto tudo estava previsto a distribuição no montante de seis milhões de euros, no entanto há uma chamada de atenção: -----

----- “...Chamamos a atenção do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados que menciona a situação do COVID-Dezanove, surto com impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza, os ativos não sofreram amortizações

extraordinárias e as provisões para as dívidas de clientes foram calculadas de acordo com as regras do POCAL, no entanto poderão não ser suficientes para fazer face às eventuais dificuldades financeiras dos nossos clientes traduzindo-se numa redução de consumo e aumento do incumprimento...” -----

-----Por isso a proposta agendada não tem os seis milhões, mas três milhões, um milhão e meio para cada uma autarquia.-----

-----Há, no entanto, uma questão que faz parte do Relatório, que tem a ver com os processos que estão na Auditoria, ou seja, há todo um levantamento, a auditoria, o apoio jurídico, etc..-----

-----Há uma questão que considero importante, há procedimentos, processos, contratos, processos judiciais, processos de sinistro, notificações.-----

-----Há três processos de inquérito, preciso de saber quais são os processos de inquérito e em que situação estão, porque depois de estar tudo trabalhado, há que assumir, porque há sinistros, há pagamentos, não pagamentos, etc., e gostaria de saber o que foi favorável ao desfecho da decisão do Tribunal, penso que o favorável foi maior do que o desfavorável, mas há uma percentagem enorme de processos que se mantêm sem nenhum tipo de resolução. -----

-----Tenho preocupação em relação ao aumento da água não faturada, e para isso é preciso que haja agilidade, para atuarem rapidamente, no sentido de corrigir as questões a que levam que isso aconteça.-----

-----Esta é a leitura que tenho, não é a leitura muito diferente da que fiz no ano passado, de modo que não poderei votar a favor, vou-me abster neste Relatório e Contas.” -----

-----A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia disse o seguinte:-----

-----“As pessoas sabem o preço que pagam pela água que consomem, mas o que vem discriminado na fatura é resultado de um conjunto de taxas, que aumenta substancialmente o custo deste bem essencial, que é a água, que não resulta tanto do consumo que fazem da água. ---



----- Situação que a CDU gostaria de continuar a assinalar. -----

----- É importante referir que qualquer sistema na gestão da água e da rede propriamente dita, precisa de uma constante modernização, a gestão da sua eficácia e de uma permanente intervenção, naquilo que se refere à sua segurança, à segurança do próprio sistema e da segurança ambiental. -----

----- É uma questão de princípio com a qual todos concordaremos e que os SIMAS têm vindo a prosseguir de uma forma ou de outra. -----

----- A verdade é que o que nos é apresentado dá-nos conta de um resultado líquido positivo de quatro mil oitocentos e cinquenta e três milhões, daí três milhões, uma boa fatia deste resultado será distribuída pelas duas Câmaras e não terá repercussão direta no investimento da própria rede e do próprio sistema. -----

----- Depois há um conjunto de questões que tardam a ter resposta, como é o caso da água não faturada, que tem um aumento substancial de dezanove vírgula um por cento para vinte e dois vírgula sessenta e nove por cento, é um aumento substancial. -----

----- Há toda uma questão relativa às perdas de água à qual é preciso continuar a dar resposta, mas uma resposta que seja de facto eficaz daqueles que são os objetivos urgentes que precisamos de prosseguir. -----

----- Também há a composição da própria rede com alguns quilómetros significativos de canalizações ainda com material bastante antigo, que precisa de ser substituído e requalificado, não é para assustar, mas é preciso sublinhar que temos ainda uma parte significativa da rede constituída em fibrocimento, que como nós sabemos constitui um material perigoso, com repercussões bastante perigosas para a saúde pública, naturalmente que a sua inalação é diferente da sua presença nas canalizações, mas, ainda assim é um material, que pelo Mundo, se procura erradicar, tendo em conta a sua repercussão na saúde pública, porque é um material, atualmente desajustado das necessidades e objetivos que temos que cumprir. -----

-----Em Oeiras estamos a falar de uma parte significativa, cerca de quarenta e oito quilómetros.-----

-----Esse investimento precisa de ser feito com urgência e ter em conta todos os princípios, designadamente a distribuição deste excedente às Câmaras Municipais, que a CDU tem vindo permanentemente a denunciar, quando não há investimento necessário na rede e no sistema.-----

-----Com base no que acabei de dizer irei votar contra as propostas trezentos e noventa e sete, trezentos e noventa e oito e trezentos e noventa e nove.”-----

-----O Senhor Presidente disse o seguinte:-----

-----“Relativamente ao laboratório, tem as suas competências, penso ser um dos melhores laboratórios nesta área do País, sendo certo que a maior parte dos Serviços Municipalizados de Portugal não tem laboratório.-----

-----Acontece que estaria preparado para a prestação de serviços ao exterior e houve mesmo há uns anos investimentos nesse sentido, recordo quando foi da poluição das praias e começou a haver esta preocupação, chegámos a fazer análises diárias à qualidade da água das praias, foi muito bom para nós nesta matéria, mas há outros laboratórios de referência, como o da EPAL e do Instituto Superior Técnico, que afastam a aquisição de serviços deste laboratório.-----

-----Relativamente aos PALOP., devo dizer que sempre estivemos disponíveis não só os SIMAS, mas a Câmara Municipal, como sabem temos um historial muito significativo de geminações com os PALOP, mas não podemos impor o quer que seja, normalmente até o que acontece com frequência é que nós damos e quando é para pagarem alguma coisa recorrem a outros, é quase sempre assim, já aconteceu tantas vezes nós fazermos o plano diretor ou o plano pormenor de uma área e dizem-nos que já adjudicaram àquele gabinete, etc., eu vou lá cinco ou seis anos depois e continua tudo na mesma.-----

-----A disponibilidade nessa matéria é grande, já apresentámos candidaturas, no âmbito



Câmara Municipal
de Oeiras

da União Europeia, sobretudo na área do saneamento, em São Tomé e Guiné Bissau, para se fazer qualquer coisa, estamos neste momento a preparar para São Tomé e vamos ver o que dá. ---

----- Relativamente ao ano, quase todos os anos são atípicos, este seria sempre atípico por causa do COVID-Dezanove, mas realmente a migração para o novo sistema parece estar a correr bem, segundo as informações que têm chegado, obviamente que isso tem reflexos na “performance” dos SIMAS, portanto, esperemos no próximo ano que as coisas estejam mais acertadas. -----

----- Por outro lado, quer o Senhor Vereador Joaquim Raposo, quer a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, falaram no valor da água que entra e sai faturada, perdas de água, etc., eu tenho uma boa notícia para dar. -----

----- Há mais de trinta anos que o Município de Oeiras e mais tarde Oeiras e Amadora vinham a requerer à EPAL a necessidade de caudalímetros, que permitissem a separação das águas que entram e as que saem, designadamente o problema da conduta de Cascais. -----

----- Acontece que os caudalímetros já foram instalados, não nos moldes em que a Câmara de Oeiras e os SIMAS tinham proposto, mas para terem uma ideia no primeiro trimestre houve já uma mais-valia de duzentos e cinquenta mil euros, significa que em dois mil e vinte teremos já uma diminuição de faturação na ordem de um milhão de euros, obviamente que isto já tem um impacto bastante significativo nas perdas de água e água não faturada, portanto, deixamos de pagar e vai haver uma diminuição de compra de água. -----

----- No que diz respeito à estratégia de substituição de contadores, estou de acordo com aquilo que o Senhor Vereador Joaquim Raposo disse, apenas queria acrescentar que o propósito do Conselho de Administração é criar condições para se acelerar gradualmente o número de contadores a instalar por ano, obviamente que no primeiro ano não se pode exagerar, mas à medida que há experiência vamos procurar que se aumente o número de contadores, caso contrário chegamos ao fim e os contadores estão obsoletos, os primeiros que foram instalados

temos de substituir. -----

----- As perdas de águas é há vários anos uma preocupação, deve-se a muita coisa, contadores obsoletos e roubos de água, portanto, menos eficiência na contagem, logo, a telecontagem pode garantir mais eficiência na contagem e na ausência de leituras. -----

----- Tem havido muitas oscilações nesta matéria, eu tenho vivido esses prismas todos e durante algum tempo apercebemo-nos que os leitores/cobradores dos SIMAS foram envelhecendo e por via disso foi criada a Habitágua, acabou-se com os leitores/cobradores dos SIMAS e externalizou-se para a Habitágua, para quem não sabe foi uma empresa que cresceu na Câmara de Oeiras, foi contratada muita gente nova na Habitágua, a maior parte dos trabalhadores não eram contadores dos SIMAS, foram contratadas novas pessoas para a Habitágua, significa que os SIMAS há uns anos atrás ficaram com os leitores gastos, pessoas com certa idade e ficaram nos SIMAS e externalizou-se a leitura para a Habitágua. -----

----- A Habitágua nasceu de um consórcio entre a Câmara de Oeiras, EPAL e Edifer, mais tarde quando foi aberta e liberalizada a água em baixa a Edifer quis concorrer para outros sistemas, a EPAL por via disso quis sair porque também concorria, acabou por ficar a Câmara de Oeiras e a Edifer e depois mais tarde acabou por ficar só a Câmara de Oeiras, aliás, foi proposto à Câmara da Amadora a participação em cinquenta por cento mas a Câmara da Amadora nunca aceitou. -----

----- Em dois mil e treze ou dois mil e catorze a Câmara Municipal de Oeiras decidiu extinguir a Habitágua e internalizar os trabalhadores nos SIMAS e voltou tudo a ser feito novamente nos SIMAS. -----

----- Na realidade foi sol de pouca dura, porque agora nas reuniões do Conselho de Administração em todas as reuniões nos vêm propostas para se internalizar outra vez, porque afinal não dá conta do recado. -----

----- Eu já recusei e agora quero um estudo relativamente ao custo da Habitágua, quanto



Câmara Municipal
de Oeiras

custava e quanto custa agora, porque a proposta que me chegou é externalizar e ficar com os funcionários que fazem a leitura que já são funcionários dos SIMAS mas afetos a outro tipo de atividade. - -----

----- Não podemos andar aqui de dez em dez anos a internalizar e a externalizar, portanto, isto é uma matéria que oportunamente será colocada às duas Câmaras Municipais.-----

----- O certo é que, as ausências de leituras têm a ver com esta incapacidade que se agravou e a Habitágua foi extinta e deixou de fazer este trabalho. -----

----- No que diz respeito aos consumos sem contrato ou “bypass”, etc., obviamente que requer uma ação de fiscalização significativa, que estamos atentos, aliás, não é por acaso que há uns anos atrás se criou o Gabinete de Perdas de Água e que tem de ser revitalizado, a dada altura depende muito do dirigente ou técnico que está à frente desse gabinete e isto está associado também à campanha de cortes. -----

----- Estava a ser lançado um projeto para os cortes de água quando surgiu o COVID e agora nas próprias Assembleias de Oeiras e Amadora vêm propostas a sugerir que não haja cortes de água até setembro, provavelmente não vamos fazer cortes de água até ao final do ano, porque sabemos bem que os cortes de água afetam as famílias que não pagam água e teremos que encontrar uma fórmula.-----

----- A eletricidade é um bem essencial exatamente como a água, mas ninguém fala em não pagar a eletricidade porque quem não pagar é cortada a eletricidade, por vezes digo que sou um social-democrata, mas por outras também sou um neoliberal, isto é, no que diz respeito à iniciativa privada sou liberal, acho que deve haver educação e saúde privada, mas também deve haver educação e saúde pública, na realidade um bem ser público só porque é público não vale nada e não deve ser pago, também é complicado e nós temos de analisar bem estas situações, porque na realidade toda a gente paga a eletricidade e não reclama, pobre ou rico e naturalmente as Câmaras Municipais aí estão para, através dos fundos de emergência ajudarem as famílias a

pagar a eletricidade. -----

----- Em relação à água não, os nacionais vendem-se ao mesmo preço, as Águas do Tejo não baixam o preço, continuam a cobrar exatamente o que cobravam e até aumentam. -----

----- Portanto, nós temos de ponderar sempre estas situações e, por isso mesmo ter muito cuidado à universalização de cortes e isenções, nós devemos estar sempre perto das famílias que precisam e aí subsidiá-las a cada uma delas de acordo com a sua necessidade. -----

----- Em relação aos cortes é assim que vai acontecer possivelmente, nesta altura somos todos sensíveis que realmente haja uma suspensão e um adiamento não só até setembro, mas até ao fim do ano. -----

----- Sobre o saldo de gerência, devo dizer que as cobranças este ano já recuperaram perto de três milhões e meio de euros em relação ao ano passado, como se recordam o ano passado foi um ano atípico com a história da nova faturação e com o problema da migração houve atrasos significativos do pagamento, transitaram sete ou oito milhões de euros para o ano seguinte e já foram recuperados à volta de três milhões e meio de euros até ao fim de março, portanto, é natural que até ao fim do ano haja mais alguma recuperação. -----

----- Relativamente ao pessoal, para mim não é surpresa, para o Senhor Vereador Joaquim Raposo também não devia ser, porque estes setecentos mil euros têm muito a ver com a política e com o serviço municipalizado que seguiram nos últimos anos com a contratação “manpower”, por isso, houve muita contratação e claro agora têm vindo a ser integrados, porque nuns casos fará falta, outros casos despedir é complicado, obviamente que se estão a regularizar e a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia aplaude com certeza esta política. -----

----- Sobre o sistema de faturação, também estou de acordo, obviamente que tem de se otimizar, não está ainda devidamente otimizado. -----

----- Articulando ainda com a história dos cortes, neste momento os Serviços estão a preparar um estudo relativamente ao alargamento de benefícios sociais às famílias mais



carenciadas. -----

----- Foi um pedido que a Amadora nos fez e vamos fazer embora a Câmara Municipal de Oeiras tenha uma política diferente nessa matéria, nós atribuímos os subsídios às famílias em vez de o fazer através dos SIMAS, mas como já temos algumas tarifas sociais relativamente às famílias com determinado rendimento, a ideia é alargar, até agora era uma família com quatrocentos e trinta euros, agora é alargar para famílias com quatro membros com rendimentos na ordem dos mil e quinhentos euros ou dois mil euros e de haver aqui algum benefício social ao nível da tarifa de água. -----

----- Os Serviços estão a fazer várias simulações para ver se podemos ajudar essa matéria.

----- Quanto aos processos de auditoria e informática estão a ser tomadas medidas consequentes daquilo que eram as recomendações da auditoria e muito em breve eu posso fazer chegar aos Senhores Vereadores quais foram as recomendações e medidas. -----

----- Ao nível do ERP já está a ser lançado um concurso público, a recomendação era que se procedesse a um concurso público para adjudicação do ERP para mudar o paradigma, porque a Rocail realmente não tem capacidade de responder às necessidades dos SIMAS. -----

----- A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia bate numa tecla, que é vulgar o Partido Comunista bater, na questão do aumento significativo de taxas relativamente ao custo da água, vai no recibo a tarifa dos resíduos sólidos e a tarifa paga à Águas do Tejo e Atlântico relativamente aos resíduos sólidos e influentes domésticos. -----

----- Gostaria de lembrar que a água em Oeiras nunca foi aumentada pelo menos nos últimos três anos, apesar da EPAL nos aumentar todos os anos na ordem dos quatro por cento nós temos conseguido acomodar esses aumentos da EPAL não aumentando a água aos consumidores, aquilo que aumenta a fatura da água não é a água, são as alcavalas de toda uma série de taxas, mas que não são apenas dos Municípios são também do Estado e o Estado não perdoa, a Águas do Tejo e Atlântico não perdoam. -----

-----Muitas vezes, quando nós ouvimos falar, parece que a jusante tem que se resolver o problema, nós pagamos a todos os que estão acima de nós e depois não repercutíamos? Para isso deixávamos de prestar o serviço. -----

-----A água é das mais baratas do País, portanto, não aumentamos há três anos. -----

-----Por outro lado, a constante modernização e insegurança do sistema daquilo que se tem revelado ao longo dos anos é que os SIMAS não têm conseguido realizar em pleno um plano de investimentos, portanto, não falta dinheiro e haver uma distribuição de rendimentos pelos Municípios não é esse dinheiro que faz falta às infraestruturas, porque no dia em que fizer falta para infraestruturas no sistema da água e esgotos quem paga são os Municípios. -----

-----Se os SIMAS tiverem capacidade de investir mais do que aquilo que é o seu resultado os Municípios fazem os adiantamentos aos SIMAS. -----

-----Acontece que na realidade nós não faltamos com os recursos necessários para o investimento que os SIMAS conseguem realizar, por isso, essa distribuição não tem nenhuma relação com a capacidade, ou seja, nós não diminuímos a capacidade financeira dos SIMAS para realizar o investimento que é necessário. -----

-----O problema das redes com o material antigo, designadamente com o fibrocimento, tem vindo a ser gradualmente substituída, também podíamos fazer uma empreitada global e dizer que vamos substituir de imediato a totalidade das redes, o problema é que não tínhamos empreiteiro que o fizesse e os transtornos que isso iria trazer aos consumidores eram extraordinários, por isso, é um trabalho que tem de se fazer gradualmente e obviamente que à medida da capacidade de preparação dos concursos e da resposta dos empreiteiros irmos substituindo esse tipo de material, mas isso está na política, está na estratégia definida nos SIMAS e se ainda pode ser significativa uma parte da rede em fibrocimento o nosso objetivo é eliminar completamente o fibrocimento, eu pedi a Senhora Vereadora Joana Baptista para ser feita com toda a urgência possível. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Apesar da distribuição dos rendimentos, nos últimos dez anos os SIMAS nunca conseguiram realizar uma taxa superior a noventa por cento, podem dizer que os Conselhos de Administração são os responsáveis por isso, mas a verdade é que nenhum Conselho de Administração faltou com meios aos Serviços Municipalizados para que possam realizar ao máximo aquilo que são os planos de investimentos e os objetivos definidos. -----

----- Neste momento, o Conselho de Administração está muito atento a isso e estamos a procurar que realmente as obras sejam lançadas tempestivamente da maneira que o programa possa ser cumprido. -----

----- O ano dois mil e dezoito foi um ano mau, em dois mil e dezanove melhorou um bocadinho agora esperemos que em dois mil e vinte seja ainda melhor.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Presidente colocou duas questões que eu acho importantes, uma tem a ver com a hipótese de criar uma nova empresa que fizesse aquilo que fazia a Habitágua, e a outra tem a ver com a distribuição de dividendos. -----

----- Eu tive a oportunidade de perceber como funcionava a Habitágua, não estou a dizer que o projeto em si foi uma má solução, mas o problema é que as coisas acomodam-se e quando se acomodam é uma chatice, por isso, não faz sentido criar uma nova Habitágua como não faz sentido criar uma nova empresa para fazer trabalho complementar para os SIMAS. -----

----- Eu defendo que se dê alteração dos SIMAS em duas áreas, uma é a área em relação à forma de funcionamento, ou seja, passar a ser uma empresa com cotas das Câmaras Municipais, com uma Assembleia Geral e nomeação de gestores, que não tenham de ser Vereadores e, por outro lado, a inclusão dentro das suas competências de outras áreas da intervenção, nomeadamente essa que falou da Habitágua. -----

----- Eu aceitaria mais estender essa questão dos espaços verdes do que em relação à higiene urbana, mas é uma decisão que é preciso tomar e acho que ganhava toda a gente, os

Municípios ficariam melhor, os Serviços ficariam melhores e teríamos uma gestão diferente.-----

-----Em relação aos dividendos, não vem mal ao mundo que haja distribuição de dividendos quando os SIMAS dão lucro, quando der prejuízo dá reiteração de percas que os Municípios têm de pôr, a própria legislação pode-nos obrigar a não receber dividendos diretamente, porque aí a entidade reguladora vai dizer que se tem lucros a mais. -----

-----Quando é preciso fazer investimento o Estado não faz isso, o Estado tem uma rede, há alguns dividendos que existem que são das Câmaras, como é óbvio, há formas de fazer, a empresa também foi vendida para pagar uma renda às Câmaras Municipais. -----

-----Eu não tenho essa tese, nem essa teoria, mas em relação às Câmaras comunistas como é que eles fazem em relação à gestão dos Serviços Municipalizados, daquilo que conheço quando dá prejuízo também têm de lá pôr dinheiro. -----

-----Estou de acordo com o Senhor Presidente, nunca se deixou de fazer obra, nunca se deixou de substituir condutas por questões de não haver dinheiro, muitas vezes não havia é interligação dos Serviços dos SIMAS com os Municípios e muitas vezes não conseguiam encontrar o tempo certo para se fazer determinadas obras, a substituição de condutas são condutas grandes que permitem uma paralisação durante muito tempo e alteração do tráfego.-----

-----Muitas vezes as obras ficam paradas ou as adjudicações são suspensas, porque não há o parecer da obra por parte da Câmara Municipal, porque na altura acharam que não era conveniente e porque não foi naquele tempo foi no outro que não interessa. -----

-----Eu acho muito bem em investir na substituição das redes é uma peça fundamental, mas também a facilidade de as pessoas terem a contagem. -----

-----Em relação às taxas que vem na fatura e a taxa dos resíduos sólidos, que vem imputado na fatura, é óbvio que as temos de pagar, mas também há uma taxa da água que é paga ao Estado, se tirássemos tudo isso e tivéssemos apenas a água as pessoas diriam que a água é muito barata ou a rede é que é muito cara. -----



----- Estou de acordo consigo, há três anos que a água não é aumentada, mas também houve um aumento de serviços, todos os anos a EPAL aumenta a Câmara e os SIMAS. -----

----- Em relação ao reduzir o valor da água, estou de acordo com o Senhor Presidente, a EPAL e os Serviços da Administração Central em relação ao saneamento devem dar a sua parte e aí é possível baixar substancialmente o valor da água, principalmente nesta altura para ajudar as pessoas.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Até ao fim deste mandato iá aparecer em cima da vossa mesa uma proposta para criação de uma empresa entre os dois Municípios. -----

----- Em relação à Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, tenho uma informação para dar sobre o fibrocimento: -----

----- Em Oeiras há sete por cento de rede em fibrocimento, portanto, noventa e três por cento já é polietileno, em seiscentos e tal quilómetros de rede estão quarenta e oito quilómetros em fibrocimento. -----

----- Na Amadora em trezentos e noventa quilómetros restam quinze por cento, ou seja, cinquenta e oito quilómetros em fibrocimento. -----

----- Agora é uma questão de tempo para acabar com isto.” -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

----- “Só para dizer que os quarenta e oito quilómetros foram exatamente aquilo que referi, não considero, contudo, que sete por cento seja uma questão residencial tendo em conta o tipo de material de que estamos a falar.” -----

----- **O Senhor Presidente** acrescentou o seguinte: -----

----- “Se eu disser que há Municípios que ainda têm setenta e sete por cento de fibrocimento.” -----

----- **A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** concluiu o seguinte: -----

-----“Mas eu não estou noutro Município, estou em Oeiras.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira abstenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezanove de maio de dois mil e vinte, na qual aprovou o Relatório e Contas de dois mil e dezanove, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal de Oeiras. -----

16 - PROPOSTA Nº. 398/20 - SIMAS - 1^a. REVISÃO ORÇAMENTAL 2020 - MODIFICAÇÕES NO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, PPI E APLICAÇÃO DE PARTE DO SALDO DE GERÊNCIA:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezanove de maio de dois mil e vinte, na qual aprovou a primeira Revisão Orçamental dois mil e vinte - Modificações no Orçamento da Receita, da Despesa, PPI e Aplicação de parte do saldo de Gerência, no valor global de oito milhões trezentos e sessenta e dois mil e seiscientos euros. -----

-----A submissão à Assembleia Municipal de Oeiras.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, que “Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem



assim os documentos previsionais e os de prestação de contas". -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

**17 - PROPOSTA Nº. 399/20 - SIMAS - APLICAÇÃO DE RESULTADOS TRANSITADOS/
TRANSFERÊNCIA PARA A C.M.O. E C.M.A.:**-----

----- I - **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

----- “Tenho aqui uma dúvida, porque os municípios já não estão a trabalhar com o POCAL e toda a Contabilidade dos SIMAS está a ser feita com dois sistemas e está a trabalhar no âmbito do POCAL.-----

----- A minha questão tem que ver com a conta para a qual é transferido, julgo que não seja a mesma classificação.-----

----- É necessário ver essa situação porque existe esse problema, a conta POCAL é uma e a conta que está neste momento nas câmaras já é outra completamente diferente, tem que se ver como se faz essa transferência, é uma questão técnica.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Os SIMAS encarregar-se-ão de ver essa questão.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de dezanove de maio de dois mil e vinte, na qual aprovou que parte dos valores da conta de Resultados Transitados tenham a seguinte aplicação: -----

-----Seiscentos e dez mil cento e setenta e oito euros e sessenta e um cêntimos, para crédito para a conta cinco mil setecentos e quarenta e dois - Reservas Livres, por contrapartida do débito da conta quinhentos e noventa mil cento e quinze; -----

-----Setecentos e trinta e cinco mil duzentos e quarenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos, a débito para a conta cinco mil setecentos e quarenta e dois - Reservas Livres, por débito e crédito das subcontas da cinco mil novecentos e dois; -----

-----Trinta e oito mil trezentos e trinta e oito euros e trinta e sete cêntimos, a crédito da conta cinco mil setecentos e quarenta e dois - Reservas Livres por débito e crédito das subcontas da cinco mil novecentos e três. -----

-----Um milhão e quinhentos mil euros, para a Câmara Municipal de Oeiras, a título de transferência corrente, das contas quinhentos e noventa mil cento e nove e quinhentos e noventa mil cento e dez; -----

-----Um milhão e quinhentos mil euros, para a Câmara Municipal da Amadora, a título de transferência corrente, das contas quinhentos e noventa mil cento e nove e quinhentos e noventa mil cento e dez. -----

-----A submissão da presente proposta ao Órgão Deliberativo Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos do estipulado no ponto dois ponto sete ponto três, do POCAL.-----

18 - PROPOSTA Nº. 405/20 - GCAJ - REVOGAÇÃO DO CONTRATO-PROMESSA DE PERMUTA Nº. 264/2013 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E “DIMENSÕES CERTAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA” - AQUISIÇÃO DO PRÉDIO RÚSTICO COM A ÁREA DE 3.840 M², DESCRITO NA 1^a. CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº. 1060, DA FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS E INSCRITO SOB O ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO 477, SECÇÃO 41-47, DA MESMA FREGUESIA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa



Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a revogação do Contrato-Promessa de Permuta número duzentos e sessenta e quatro, de dois mil e treze, celebrado em quatro de outubro de dois mil e treze, entre o Município de Oeiras e a “Dimensões Certas, Sociedade de Construções, Limitada”, aprovado pela Câmara Municipal (titulado pela proposta de deliberação número trezentos e vinte e nove, de dois mil e doze), em reunião de Câmara realizada em cinco de dezembro de dois mil e doze. -----

----- A aquisição à Sociedade “Dimensões Certas, Sociedade de Construções, Limitada”, do Prédio descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número mil e sessenta, da Freguesia de Paço de Arcos e inscrito sob o artigo matrício rústico quatrocentos e setenta e sete, secção quarenta e um-quarenta e sete, da mesma Freguesia, “livre de ónus ou encargos”, com a área total de três mil oitocentos e quarenta metros quadrados, pelo valor global de quinhentos e setenta e cinco mil euros. -----

----- A minuta do contrato de compra e venda, a celebrar por escritura pública, elaborada pelo Cartório Notarial de Oeiras. -----

----- A submissão da minuta da escritura de compra e venda a visto prévio do Tribunal de Contas. -----

----- Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, (conforme alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro). -----

----- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro (conforme artigos ducentésimo e ducentésimo segundo). -

----- Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei

número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

-----Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto.-----

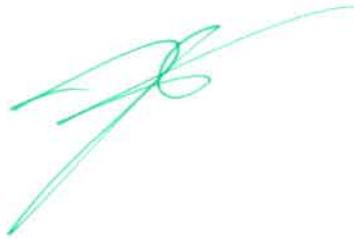
19 - PROPOSTA Nº. 421/20DAQV - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS AO TITULAR DAS BANCAS Nº.S 1, 2, 3 E 4, DO MERCADO DE PAÇO DE ARCOS, PELO PERÍODO DE 2 MESES:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Ângelo Pereira**, aprovar a isenção do pagamento das taxas devidas para o mês de maio e junho (no montante total de duzentos e dezassete euros e noventa e dois céntimos) pelo titular das bancas números um, dois, três e quatro, do Mercado de Paço de Arcos.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras (número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze), “Mediante deliberação da Câmara Municipal, podem ser objeto de isenção o pagamento de preços e demais receitas devidas por serviços prestados ou bens fornecidos em gestão direta ou indireta, tais com a cedência de espaços (...).-----

20 - PROPOSTA Nº. 422/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO ACORDO DE EXECUÇÃO Nº. 373/18, JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência



de duzentos e setenta e seis euros e um centímo, para a Junta de Freguesia de Barcarena, correspondente ao somatório das despesas efetuadas no segundo bimestre de dois mil e vinte, meses de março e abril, deduzidas as importâncias anteriormente recebidas, a título de adiantamentos. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo trigésimo segundo a centésimo trigésimo quarto, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

21 - PROPOSTA Nº. 423/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 374/18, JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de quinhentos e setenta e oito euros e dez centimos, para a Junta de Freguesia de Barcarena, correspondente à soma das despesas efetuadas no segundo bimestre de dois mil e vinte (meses de março e abril) deduzidas as importâncias anteriormente recebidas, a título de adiantamentos. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

22 - PROPOSTA Nº. 424/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 98/15, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de trinta e cinco mil setecentos e setenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos, para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante o segundo bimestre de dois mil e vinte, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número noventa e oito, de dois mil e quinze, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia, deduzidos já os adiantamentos efetuados por via da proposta de deliberação número mil treze, de dois mil e dezanove. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei



número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

23 - PROPOSTA Nº. 425/20 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO ACORDO DE EXECUÇÃO Nº. 97/15, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - RELATÓRIO DO 2º. BIMESTRE DE 2020: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de dezoito mil trinta euros e oitenta cêntimos, para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras, São Julião Barra, Paço de Arcos e Caxias, incluídos já o valor mil cento e cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos, referente aos cinco por cento para despesas administrativas, correspondentes à remuneração das ações concretizadas durante o segundo bimestre de dois mil e vinte, no âmbito do Acordo de Execução de Delegação de Competências número noventa e sete, de dois mil e quinze, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo trigésimo segundo a centésimo trigésimo quarto, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

24 - PROPOSTA Nº. 426/20 - DVM - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA LOCAÇÃO DE DOIS AUTOCARROS COM CONDUTOR PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM CIRCUITOS URBANOS - PROJETO COMBUS - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO: -----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo referiu o seguinte: -----

----- “Estes autocarros ainda não são elétricos, são com condutor.” -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista explicou o seguinte: -----

----- “Estes autocarros ainda são os que estão em regime de locação na União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz-Quebrada/Dafundo. -----

----- O procedimento de aquisição dos dois veículos a gás, virá na próxima reunião de Câmara.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e, consequentemente, a adjudicação da locação de dois autocarros com condutor para transporte de passageiros em circuitos urbanos - Projeto Combus, ao concorrente Agência de Viagens e Transportes Vale do Ave, Limitada, pelo montante mensal de dez mil trezentos e doze euros e cinquenta céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo montante total de duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- A notificação do adjudicatário para a prestação de caução no valor de cinco por cento do preço contratual e apresentação dos documentos de habilitação. -----

----- A minuta de contrato escrito, para posterior envio ao adjudicatário para aprovação. --

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, ambos do Código



dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

25 - PROPOSTA Nº. 427/20 - PCM - APOIO À FORMAÇÃO CONTINUA - PÓS-GRADUAÇÃO EM “GESTÃO DA SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o apoio financeiro, através do pagamento de propinas, a formação do Senhor Diretor da Proteção Civil Municipal, Coronel Paulo Oliveira e do Senhor Comandante Carlos Jaime, ocupando as duas vagas disponíveis, na especialização pós-graduação em “Gestão da Segurança e Proteção Civil”.-----

----- O pagamento das propinas cesse caso se verifique o não aproveitamento do(s) selecionado(s) em questão. -----

----- O pagamento de propinas, será mensal mediante apresentação de fatura, terá o valor de duzentos e cinquenta e seis euros, ao longo de doze meses, por dois alunos. -----

----- Valor mensal: quinhentos e doze euros, valor total: seis mil cento e quarenta e quatro euros.-----

----- O pagamento será efetuado à Universidade Atlântica, Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologias e Engenharia.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro,

número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto, que definiu o Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto, que aprovou as Regras do Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros. -----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social podem beneficiar de apoios concedidos pela Administração Pública. -----

26 - PROPOSTA Nº. 428/20 - DP - CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DESIGNADO “PAVILHÃO DO JARDIM”, NO JARDIM MUNICIPAL, EM PAÇO DE ARCOS - DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR: -----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo alegou o seguinte:-----
-----“Julgo que é um projeto interessante, a empresa que respondeu era capaz de levar o projeto para a frente, penso que foi a situação do COVID-Dezanove, em Portugal e no Mundo, que levou os investidores a recuar. Será que daqui a mais algum tempo não poderiam repensar, a oportunidade deste projeto? -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- É um grande projeto e são investidores referenciados nesta área.” -----

----- **O Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

----- “Considerando que este concessionário parece oferecer as melhores condições e tem um projeto interessante, mas comunicaram a desistência por via do COVID-Dezanove e o parceiro financeiro falhou, pergunto se em vez de tomarmos a decisão hoje, se a tomarmos daqui a dois meses e dizer que decidimos dar mais dois meses para eles pensarem, se há algum problema.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** respondeu o seguinte: -----

----- “Não há problema nenhum, mas gostaria de informar que antes de submeter esta proposta falei com o concessionário, que me transmitiu que não vê qualquer viabilidade em manter a proposta. -----

----- A minha intenção era de não adjudicar, mas sim revogar a decisão de contratar e lançar um procedimento, até porque foi uma candidatura única, se ele não mantiver, significa adiar sem uma perspetiva certa à frente. -----

----- Tive o cuidado de reunir com ele e tentar perceber se era por força das circunstâncias atuais, se o adiamento serviria para alguma tomada de posição diferente e foi-me dito expressamente que não estão a contar, até porque o parceiro financeiro é um parceiro francês que explora mais de duzentos mercados voltados para a restauração e é uma empresa que dificilmente sobreviverá ao encerramento de todos os espaços por França e Espanha.” -----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** salientou o seguinte: -----

----- “Segundo percebi, há da parte deles a possibilidade de poderem utilizar os elementos que entregaram, como os projetos e se for isso podemos de alguma forma direcionar um concurso novo com algumas características e mais amarrado, para não perder qualidade.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

----- “Essa disponibilidade resultou até da reunião que tivemos, desenvolveram o

conceito, a ideia e o projeto que agora iam esmiuçar na especialidade e disponibilizaram-se para oferecer todos esses elementos à Câmara e era nesse sentido que eu pensava lançar um procedimento de grande conceito.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a não adjudicação e consequente revogação da decisão de contratar do concurso público, desenvolvido em dois mil e dezanove, destinado à concessão de uso privativo para instalação e exploração de um espaço de restauração e bebidas no edifício designado “Pavilhão do Jardim” no jardim municipal, em Paço de Arcos.-----

-----A revogação da proposta de deliberação número cento e noventa e nove, de dois mil e vinte, aprovada em reunião de Executivo Camarário, realizada no dia dezoito de março de dois mil e vinte, em que foi deliberado, na sequência da apresentação de uma única proposta ao procedimento em causa, entre outras coisas, a celebração de um contrato de concessão de uso privativo para instalação e exploração de um espaço de restauração e bebidas no edifício designado “Pavilhão do Jardim” no jardim municipal, em Paço de Arcos, com a sociedade Nobiliar - Mercados de Portugal, Limitada (MERCAPOR).-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Património Imobiliário do Estado. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo.-----



**BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS - NOVO QUARTEL" - APROVAÇÃO DE LISTA
DE ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE
PROPOSTA - RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:**

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo alegou o seguinte: -----

----- "Tive oportunidade de ver este processo e algumas empresas que conheço do ponto de vista da capacidade financeira para fazer estas obras, as quais apresentaram algumas interrogações a nível de erros e omissões e que foram analisadas. -----

----- Tudo o que foi aceite não tem implicações no custo da obra e também foram feitas algumas clarificações em relação a algumas peças que eram importantes. -----

----- Com a prorrogação do prazo e a aprovação dos erros e omissões estão reunidas todas as condições para que as empresas que colocaram os problemas possam ir à vontade ao tal concurso. -----

----- É um concurso interessante de base, está na ordem dos quatro milhões oitocentos e trinta e quatro mil euros, é uma solução que permite resolver aquilo que há muitos anos e tive oportunidade de ver quando é que foi decidido o local e para onde é que ia o quartel, havia pessoas que diziam que passava ali uma linha de água e se isso tinha ou não implicação na construção. -----

----- Com a saída do quartel é preciso começar a pensar tal como o Senhor Presidente já fez naquela zona central, que vai ser objeto de grande intervenção. -----

----- Podia-se facultar à Junta de Freguesia até para bem da população e, na altura, sugeriu ao Senhor Presidente colocar ali a Assembleia Municipal para não se estar a tirar tudo do centro de Oeiras." -----

----- O Senhor Presidente referiu o seguinte: -----

----- "Em mil novecentos e oitenta e sete a Câmara Municipal aprovou um plano estratégico de reconstrução de todos os quartéis de bombeiros do Concelho e foi nesse âmbito

que se concluiu o quartel dos Bombeiros de Algés, que estava numa situação miserável e se avançou com a ampliação do quartel de Barcarena, Linda-a-Pastora, que não devia ser ampliação, mas um quartel novo, mas não aceitaram nova localização em Queijas, avançou o quartel de Paço de Arcos e o último foi Oeiras, porque era o melhor de todos nessa data e o terreno em Cacilhas ficou definido em mil novecentos e noventa e quatro. -----

-----Neste momento, o estudo prévio para a instalação da Junta de Freguesia no quartel dos Bombeiros em Oeiras já está feito e em breve será apresentado à Câmara. -----

-----A ideia é que no rés-do-chão, justamente para dar vida, seja uma área de comércio, no primeiro andar será o salão de reuniões da União de Freguesias, conferências, reuniões das coletividades, etc., ficarão os serviços administrativos da freguesia, a sala das reuniões da Assembleia e no primeiro andar ficarão os serviços de apoio aos autarcas, um gabinete para dois eleitos executivos e para a Presidente da Junta da União de Freguesias e não dá para mais, só se metêssemos outro piso. -----

-----Uma ideia que me ocorreu foi colocar lá a Assembleia Municipal juntamente com a Freguesia, mas tínhamos que fazer um piso em cima daquele edifício e chegou-se à conclusão que destoava da situação. -----

-----Por outro lado, temos um melhor local para fazer um edifício para a Assembleia Municipal, porque se queremos modernizar a Biblioteca Municipal e das visitas que foram feitas no ano passado à Finlândia, Noruega e Dinamarca, no âmbito das bibliotecas modernas, de facto o Auditório atual da Assembleia Municipal e os gabinetes têm que ser afetos à Biblioteca. -----

-----Há um espaço no centro da vila onde podemos fazer à semelhança do que acontece com o edifício administrativo da Câmara, fazer um edifício do parlamento municipal com alguma qualidade, na praça Verney, por detrás da Galeria Verney, cujo estudo prévio já está feito, em breve iremos analisar essa questão. -----

-----A Assembleia Municipal virá para ali, estou convencido que os senhores deputados



ainda não têm conhecimento disto, mas entretanto, os informarei."-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ata/relatório referente a pedidos de esclarecimento ou listas de erros e omissões do presente procedimento.-----

----- A prorrogação do prazo de apresentação de propostas em número de dias igual ao tempo decorrido entre o início do prazo para apresentação de propostas e a disponibilização efetiva das peças em falta. -----

----- A ratificação do despacho de vinte e oito de maio de dois mil e vinte, à informação INT-CMO/dois mil e vinte/nove mil oitocentos e setenta e dois. -----

----- Nos termos do artigo quinquagésimo, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo quinto, número três, da Lei das Autarquias Locais (Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro). -----

28 - PROPOSTA Nº. 430/20 - DRU - EMPREITADA 20/DPE/17 - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE DE CARNAXIDE - 2^a. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:-----

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

----- "Tive oportunidade de ter ido a este local e o Senhor Presidente também aquando do Vinte e Cinco de Abril, para assinatura do contrato, julgava agora que a obra estivesse mais avançada, infelizmente não está por alguns motivos. -----

----- A obra foi adjudicada no dia Vinte e Cinco de Abril, este ano sofreu uma alteração na programação e fazendo uma leitura do que está feito, tirando o estaleiro montaram uma vedação

e uma escavação, praticamente não fizeram nada durante o ano passado e este ano pouco fizeram ou quase nada. -----

-----O que falta fazer é muito e a programação que estamos a efetuar não evita que até ao final do ano possamos fazer uma nova reprogramação, porque é difícil tendo em conta que fizeram tão pouco e sobre esse valor se formos juntar as situações, grande parte tem que ver com o estaleiro e com a vedação, todo o resto não está feito, mas estava previsto em nove meses fazer-se cinquenta e oito por cento, o certo é que não tem nada a ver com isso. -----

-----Este ano dizem que ainda vão fazer setecentos e três mil euros de obra e ficarão apenas cem mil para o ano, tenho muitas dúvidas disto, no ano passado tivemos oito meses e não havia COVID-Dezanove, entre a adjudicação e o final do ano, depois tivemos mais dois meses sem COVID-Dezanove, digo isto só para alertar. -----

-----Trata-se de uma obra que não é fácil e, provavelmente, teremos que fazer uma nova reprogramação, estar a pôr toda esta carga substancial deste dinheiro em todo o ano de dois mil e vinte, não me parece que seja uma situação certa.” -----

-----**O Senhor Presidente** acrescentou o seguinte: -----

-----“É possível que seja necessário uma nova reprogramação financeira, mas também é verdade que esta é uma obra mais complexa do que parece à primeira vista, porque ela realiza-se entre dois prédios antigos. -----

-----Foi preciso fazer as demolições, a consolidação de paredes, fundações e outras coisas mais, não foi um trabalho fácil e isso também terá contribuído para este atraso. -----

-----Esta reprogramação financeira depende das negociações feitas com o empreiteiro, em princípio ele concordou que tinha condições de cumprir o prazo desta nova reprogramação financeira.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho,



Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação e compromisso, de acordo com o cronograma financeiro da obra após ajuste decorrente da Execução Financeira da Obra em dois mil e dezanove e da reprogramação, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada através da proposta de deliberação de Câmara número seiscentos e quinze, de dois mil e dezoito, de vinte e cinco de setembro, alterada no âmbito da primeira reprogramação, pela seguinte: -----

----- Para dois mil e vinte, setecentos e dois mil novecentos e noventa e dois euros e trinta e quatro céntimos, com o IVA incluído; -----

----- Para dois mil e vinte e um, cem mil euros, com o IVA incluído. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo e centésimo quadragésimo oitavo, números três e quatro, todos do Código dos Contratos Públicos e ainda competência prevista no artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas i) e n), bem como no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), ambos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, quanto à adjudicação da empreitada. -----

----- Artigo quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, ambos da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, relativa à fiscalização pelo Tribunal de Contas, conjugados com o artigo centésimo terceiro, número um, da Lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezasseis, aprovado pela Lei número sete-A, de dois mil e dezasseis, de trinta de março. -----

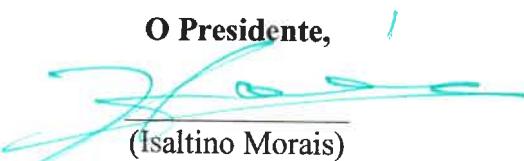
----- Competência prevista nas alíneas d) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, no que se refere à alteração da previsão de despesa. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Código do Procedimento

Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, quanto à alteração do ato administrativo.

29 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

-----Às dezoito horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.

O Presidente,

(Isaltino Morais)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)